



PLANO TRIENAL

2005 – 2007

Rio de Janeiro, novembro de 2004

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
1. Balanço do Trienal 2002-2004	4
2. Contexto sócio-político.....	11
3. Estratégia e objetivos para o Trienal 2005-2007	16
4. Plano de Ação.....	18
4.1. Programas de Desenvolvimento Local.....	18
4.1.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano	18
4.1.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná	29
4.2. Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro	40
4.3. Programas Transversais.....	50
4.3.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico	50
4.3.2. Programa de Políticas Públicas.....	57
4.4. Centro de Informação.....	67
5. Orçamento.....	72

O Plano Trienal 2005-2007 da AS-PTA resulta de um amplo processo de reflexões internas e com os parceiros institucionais da entidade. Ele reflete a reafirmação de uma concepção estratégica e de uma estrutura organizacional que vem orientando o conjunto do trabalho da instituição ao longo dos dois últimos trienais. Ao mesmo tempo incorpora atualizações no plano das prioridades temáticas e nos procedimentos de gestão interna procurando adequar a intervenção institucional ao novo contexto sócio-político no qual a entidade desenvolve suas atividades.

Na formulação das orientações expressas neste documento foram valorizadas as análises e recomendações sobre a ação institucional oriundas de avaliações externas recentemente realizadas e os subsídios gerados a partir das interações com os membros das instâncias diretivas da instituição.

1. Balanço do Trienal 2002-2004

a) Balanço global

Após o período Trienal 1999-2001 marcado pelo esforço de sistematização dos acúmulos institucionais, o triênio 2002-2004 teve como principal traço característico uma postura fortemente extrovertida da AS-PTA. Esse movimento “para fora” mobilizou o conjunto da entidade no apoio à constituição da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), um novo espaço de ação em rede responsável pela reconfiguração e requalificação do movimento agroecológico brasileiro. Manifestou-se também, embora de forma diferenciada entre eles, no aumento considerável das escalas social e geográfica de alcance dos efeitos dos Programas Locais.

A obtenção desses avanços significativos no período é o resultado do enfoque estratégico adotado desde 1993 que combina duas dimensões da intervenção institucional:

- a) As ações de âmbito local vocacionadas para o desenvolvimento de referências metodológicas passíveis de generalização em programas de desenvolvimento rural;
- b) A ação no plano nacional, orientada para o fortalecimento de redes de organizações da sociedade civil como instâncias de interlocução junto aos poderes públicos na proposição, negociação e defesa de um projeto de transformação do mundo rural pela via do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

Ao inaugurar uma nova fase de relação entre o micro e o macro voltada para uma projeção externa mais incisiva de seus acúmulos teóricos e práticos, a AS-PTA incorporou em seu universo de relações institucionais um leque de organizações do campo agroecológico mais amplo do que aquele que gravitava em torno às entidades integrantes da Rede PTA. Essa ampliação de relações se processou assentada em uma nova concepção político-organizativa defendida pela entidade para a configuração das articulações do movimento agroecológico no país. Ao invés de uma rede fechada composta exclusivamente por ONGs, essa concepção postula a conformação de um “campo de articulações” caracterizado por ações em rede institucional e geograficamente abertas.

Ao defender tal reconfiguração como um primeiro eixo de suas proposições para o triênio, a AS-PTA apostou na necessidade do estabelecimento de um processo de articulação nacional que simultaneamente fosse capaz de valorizar e tirar partido da diversidade das dinâmicas sociais de inovação agroecológica dispersas pelo país e que favorecesse a expressão unitária do “movimento agroecológico” no plano nacional.

A realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, e, na seqüência, a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fazendo convergir os movimentos sociais mais expressivos do mundo rural brasileiro, mostrou que a centralidade do debate sobre a construção de um projeto popular para a agricultura vem se deslocando progressivamente da problemática dos modelos de desenvolvimento e mesmo a opção pela agroecologia para um outro ponto de ancoragem, relacionado aos enfoques metodológicos e concepções políticas que estão presentes nas experiências e que expressam na prática o enfoque agroecológico. Essa evolução, sem dúvida, representa um avanço significativo no que se refere à afirmação pública das propostas historicamente defendidas pela AS-PTA para o mundo rural brasileiro.

O segundo eixo da proposição da AS-PTA para o triênio foi o aumento de escala social e geográfica do alcance dos efeitos dos Programas Locais. O enfoque sobre o qual a entidade fundamenta essa proposta está relacionado ao fortalecimento das capacidades de leitura da realidade e de formulação e gestão de projetos próprios de desenvolvimento local por parte das organizações da agricultura familiar parceiras. Para tanto, segue implementando e aprimorando sua abordagem metodológica orientada à constituição de redes de agricultores-experimentadores destinadas a valorizar os acúmulos técnicos, sócio-organizativos e políticos gerados de forma descentralizada nas comunidades e municípios em que atua. Ao mesmo tempo em que essas experiências se enraízam e interagem localmente através dessas redes, subsidiam a formulação de propostas mais amplas de políticas pelas organizações locais nos diferentes espaços em que são discutidas e decididas as orientações da política pública.

Fundando os programas locais no princípio da valorização social das experiências concretas e, simultaneamente, atribuindo aos experimentadores um papel central na mediação entre as dinâmicas sociais de inovação agroecológica dispersas pelos territórios em que atua, a AS-PTA credenciou-se para influenciar ativamente o debate na ANA sobre as abordagens metodológicas para o desenvolvimento local. Essa influência vem se refletindo nas concepções para a construção do campo agroecológico que, progressivamente tem retirado o foco das relações estritamente institucionais, passando a dar relevo ao aprendizado decorrente das experiências concretas como o elemento comum e como o objeto principal para as interações em rede.

Ao dar visibilidade às experiências, o enfoque centrado nas redes vem permitindo também que seus principais condutores, os agricultores, agricultoras e suas organizações, passem a exercer papéis crescentes na construção das articulações do campo agroecológico. Além disso, o foco nas práticas sociais inovadoras proporciona a possibilidade de construção coletiva de sínteses da grande diversidade de expressões políticas, sociais e institucionais contida no movimento agroecológico brasileiro. Por se fundamentar nas práticas das organizações, as reflexões em rede vêm conseguindo, em certa medida, escapar das aderências ideológicas e idiosincrasias conceituais que em geral colocam obstáculos ao processo de construção de identidades coletivas no contexto de um universo social e político tão plural como o dos movimentos sociais no campo brasileiro. Do ponto de vista estratégico, a construção dessas identidades é uma condição insubstituível para o alcance de maior coesão sócio-política da sociedade civil organizada no nível nacional em torno a um projeto de transformação do campo brasileiro.

O foco nas práticas concretas coloca também para as instituições integrantes da ANA o novo papel de mediadoras da interatividade entre portadores de experiências. Esse papel é exercido tanto entre os atores sociais presentes nas regiões em que as instituições atuam diretamente como entre dinâmicas inovadoras regionais. Dessa forma, pouco-a-pouco, vão se estabelecendo redes horizontais organizadas desde o nível local, proporcionando condições para que as articulações que estão se constituindo nos âmbitos regionais e nacional assentem-se em bases sociais sólidas e atuantes.

Em função dos distintos graus de apego a culturas institucionais ainda fortemente caracterizadas por práticas de articulação restritas ao debate de princípios, as

organizações do campo agroecológico incorporam de forma bastante diferenciada esse novo enfoque de ação em rede. Ao mesmo tempo em que são portadoras de práticas e enfoques diversificados, essas organizações também apresentam diferentes capacidades de promover e assegurar a gestão política e operacional das interações em rede e de sua expansão tanto no nível local como nas relações inter-redes. Para a AS-PTA está claro desde logo que a valorização pública dos ensinamentos das ricas experiências existentes ainda de forma muito localizada e dispersa por todas as regiões do país é dependente da criação de novas capacidades institucionais pelas organizações mediadoras de redes. Por isso mesmo, a entidade atribui um papel essencial à ANA no sentido de criar um ambiente favorável à interatividade horizontal que estimule a paulatina renovação das concepções de ação em rede empregadas pelas instituições.

As experiências dos programas locais da AS-PTA no curso do Trienal evidenciam a importância do desenvolvimento dessas capacidades nas organizações da agricultura familiar como condição para que elas assumam o papel de mediação sócio-política das redes locais, proporcionando sustentabilidade institucional ao aumento de escala das dinâmicas sociais de promoção da agroecologia. No caso do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, este fato esteve associado ao fortalecimento institucional do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema que se manifestou, em particular, no desenvolvimento de mecanismos autônomos de gestão capazes de responder às complexas exigências do aumento de escala, no plano da coesão entre os movimentos locais, da negociação de conflitos, da formação de recursos humanos e da mobilização e administração de recursos públicos.

Por outro lado, a AS-PTA vivenciou uma experiência contrastante com seus parceiros no âmbito do Programa Local do Centro-Sul do Paraná. Neste caso, o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais não logrou o desenvolvimento de semelhantes capacidades que lhe permitissem superar os obstáculos políticos e organizativos que têm limitado seu papel de mediador coletivo da ampla base social envolvida com a experimentação agroecológica na região.

b) Desenvolvimento institucional

Ao inaugurar uma nova fase de intervenção estratégica em maiores escalas, esse Trienal colocou a AS-PTA frente a novos desafios relacionados ao desenvolvimento institucional. Ampliando as escalas de atuação em rede nos âmbitos local e nacional e procurando estabelecer pontes entre essas duas escalas de intervenção, a entidade avançou no cumprimento de seus objetivos de longo prazo. Por outro lado, passou a se confrontar com o crescente desequilíbrio entre suas capacidades institucionais e a multiplicação e complexificação de suas atividades.

Esse desequilíbrio se vê acentuado pelo aumento crescente das demandas de assessoria e cooperação tanto por parte de movimentos nacionais dos trabalhadores e redes do campo agroecológico quanto por organismos governamentais. Ele se manifesta de variadas formas, expressando-se, sobretudo, na redução da capacidade da instituição de refletir e sistematizar suas próprias experiências. Esse fato está fundamentalmente relacionado à dificuldade de alocação de recursos institucionais inalterados, gerando uma concorrência desorganizadora que dificulta a combinação do objetivo de preservar a qualidade e a intensidade da ação de âmbito local (prioridade dos dois planos trienais anteriores) com o de ampliar a participação da entidade nos espaços nacionais.

Esse descompasso se expressa de forma mais evidente nos dois programas transversais criados no Trienal 1999-2001 exatamente com o papel de promover sínteses das experiências institucionais e de projetá-las publicamente. Exercem, portanto, a função de promover a coesão interna da entidade e de relacionar o micro ao macro. Tendo em vista a vocação sistêmica desses programas, ao incidir sobre eles, essa disfunção irradia-se para o conjunto da instituição.

Para a AS-PTA, a persistência desse quadro pode vir a comprometer sua organicidade, a complementaridade entre os níveis micro e macro de atuação e sua capacidade de analisar e atualizar suas estratégias. A percepção desses riscos tem levado à entidade a introduzir ajustes funcionais que procuram responder à seguinte questão: como intensificar a promoção da agroecologia através da disseminação de experiências e do fortalecimento político do campo agroecológico sem que isso implique para a entidade um aumento correspondente dos recursos humanos e financeiros que emprega em seus programas?

Dada a dimensão maiúscula deste desafio frente à especificidade da missão a que se propõe, cabe à AS-PTA identificar e atuar sobre aquelas questões de alto poder catalisador de processos sociais de promoção da agroecologia. Isso implica reiterar a idéia de que a estratégia da entidade está voltada para valorizar os acúmulos de seus Programas na constituição de redes locais de experimentação agroecológica que se interconectam através de diferentes circuitos em escalas sociais e geográficas crescentes.

Algumas iniciativas já exercitadas no Trienal 2002-2004 vão nesse sentido. Dentre elas cabe assinalar:

- A ativa participação nas diferentes instâncias organizativas da Articulação Nacional de Agroecologia, procurando consolidá-la tanto como um espaço destinado ao aprendizado mútuo fundado na disseminação de uma “cultura de intercâmbios horizontais”, quanto como uma expressão política de um projeto para a agricultura brasileira que vem sendo forjado “de baixo para cima” com base na experimentação social.
- O estímulo à emergência e fortalecimento de redes estaduais e regionais, proporcionando melhores condições para a articulação entre os mediadores de dinâmicas de inovação agroecológica situados em diferentes âmbitos geográficos, da escala local à nacional,
- A reconceituação e redimensionamento do Centro de Informação da AS-PTA como serviço orientado para promover a visibilidade das experiências de promoção da agroecologia dispersas pelo país, com isso favorecendo a interatividade entre elas.
- A assessoria a movimentos sociais de trabalhadores rurais de dimensão nacional em temas relacionados à incorporação do enfoque agroecológico por suas bases sociais.
- No âmbito de seus programas locais, a AS-PTA introduziu em seu método de atuação a preocupação de apoiar as organizações parceiras na construção de capacidades institucionais para a mobilização e a gestão de recursos destinados a programas próprios de desenvolvimento local.

c) Agricultura urbana

Embora ainda operando em um âmbito social e geográfico reduzido, quando relacionado à abrangência alcançada pelos Programas de Desenvolvimento Local, o Projeto de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro também logrou um aumento de escala considerável no triênio. Por meio de da regionalização da intervenção do Projeto, foi possível estabelecer relações com 17 comunidades da Zona Oeste da cidade, em contraposição às relações exclusivas com famílias de quatro comunidades ao início do período. Além do fortalecimento e requalificação da parceria com a Pastoral da Criança, esse resultado esteve fundamentalmente associado a um salto de qualidade tanto no plano da abordagem metodológica quanto do enfoque conceitual adotado para a intervenção junto a comunidades urbanas na temática da produção agrícola.

O triênio que se inicia coloca para a entidade dois desafios:

- I) Ampliar e aperfeiçoar as práticas de cultivo em quintais no conjunto das comunidades com as quais a entidade se relaciona;
- II) Dar início à valorização pública da experiência do Projeto no plano nacional através de intercâmbios com outras experiências similares situadas no âmbito da Pastoral da Criança e da ANA, em vários estados.

d) Gênero e empoderamento dos pobres

No âmbito dos programas locais, a AS-PTA deu continuidade ao esforço já iniciado no Trienal anterior (1999-2001) para a incorporação do enfoque de gênero nos seus métodos de intervenção. Esse esforço foi acompanhado de uma série de sistematizações de casos fundados em histórias individuais e coletivas de mulheres que, ao estarem inseridas em dinâmicas de inovação agroecológica, favorecem o equilíbrio do poder decisório entre gêneros, tanto no âmbito do núcleo familiar quanto no da esfera pública.

Ações no sentido de estimular a emergência e o fortalecimento de espaços organizativos de mulheres agricultoras têm sido desencadeadas pelas organizações da agricultura familiar parceiras da AS-PTA em seus Programas Locais. Esse fato é revelador da progressiva incorporação do enfoque de gênero como uma dimensão estratégica para a promoção do desenvolvimento local e da agroecologia. Além de ser um imperativo ético, à medida em que os valores que informam os processos de convivência social e de relação com o meio ambiente vão sendo alterados positivamente com a emancipação das mulheres em relação à dominação masculina, a construção da equidade entre gêneros vai se evidenciando para as organizações parceiras da AS-PTA como condição essencial para a promoção da sustentabilidade socioambiental.

Outra dimensão explorada no período está relacionada ao desafio de incluir as famílias mais pobres dos universos sociais com os quais a entidade se relaciona nas dinâmicas de inovação agroecológica. Sendo submetidas a toda sorte de privações materiais e imateriais, essas famílias são as que encontram os maiores obstáculos à participação nas redes de agricultores-experimentadores que vêm sendo estabelecidas com o apoio dos Programas Locais e do Projeto de Agricultura Urbana. Para entender melhor esses obstáculos e traçar estratégias específicas para superá-los, a AS-PTA realizou um diagnóstico e inaugurou um debate específico a respeito da problemática junto às organizações que integram o Pólo Sindical da Borborema.

No próximo Trienal a entidade implementará ações sistemáticas para a continuidade a seu esforço reflexivo e à incorporação de ajustes metodológicos nas suas abordagens de trabalho. Especificamente no que se refere à dimensão de gênero, caberá à entidade contribuir para a organização do debate no âmbito da ANA. Para tanto, deverá produzir um texto apresentando a sua estratégia de promoção da agroecologia a partir da perspectiva das relações sociais de gênero.

e) Acesso aos mercados

Embora o acesso aos mercados pela agricultura familiar constitua uma dimensão estratégica para a viabilização das propostas de longo prazo da AS-PTA, até o último Trienal o tema não havia sido trabalhado de forma sistemática pela instituição. Nos últimos três anos, a partir de seus Programas de Desenvolvimento Local, a entidade incorporou definitivamente a temática como um dos eixos estratégicos mobilizadores das dinâmicas sociais de experimentação. Abordando a problemática tanto a partir da inserção da produção agroecológica nos mercados locais quanto de processos de agregação de valor com vistas ao alcance de mercados à distância, os Programas Locais vêm experimentando diversificadas estratégias para criar capacidades próprias de gestão coletiva dos procedimentos pós-colheita nas organizações da agricultura familiar parceiras.

No próximo Trienal caberá aprofundar esse esforço no sentido de sistematizar e problematizar as experiências inovadoras nesse campo, iniciadas, sobretudo nos últimos três anos.

f) Participação da entidade em espaços de formulação de políticas públicas

Ao longo de sua trajetória e particularmente no último Trienal, a AS-PTA tem estado sistematicamente presente em grande variedade de espaços formais de debate e de decisão sobre as orientações de políticas públicas incidentes nos rumos do desenvolvimento rural em geral e da agricultura familiar em particular. Essa participação tem se caracterizado pela capacidade da instituição em traduzir em propostas de políticas os ensinamentos sistematizados a partir da sua inserção em processos locais de desenvolvimento.

O esforço de participação nesses espaços vem sendo recompensado pela real influência que a entidade vem exercendo na orientação das agendas e nos conteúdos dos debates travados sobre temas tais como crédito, desenvolvimento territorial, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola, política de sementes e política de biossegurança.

Ao mesmo tempo em que a instituição se faz ativamente presente nos debates organizados por essas instâncias formais, constata a limitação e o baixo nível de efetividade desses espaços como promotores de mudanças nos padrões de organização sócio-econômica e técnica da agricultura. Por isso mesmo, a entidade tem associado a essa participação ações voltadas ao fortalecimento de suas parcerias com organizações da sociedade civil visando ao aumento da densidade política e da capacidade de pressão social em torno a um projeto alternativo para o mundo rural brasileiro. A Articulação Nacional de Agroecologia mostra-se atualmente como a principal expressão da convergência dessas forças sociais.

g) Estratégia financeira da AS-PTA

Desde sua fundação, em 1990, a AS-PTA tem alcançado crescentes níveis de estabilidade em seus financiamentos, de tal forma que os recursos mobilizados têm atendido à integralidade dos requerimentos previstos nos sucessivos planos trienais da entidade.

Nesse período de 14 anos, a AS-PTA estabeleceu sólidas parcerias com instituições da cooperação internacional para o desenvolvimento (dentre outras, NOVIB, EED, Fundação Ford, CCFD, ICCO, Misereor) que têm garantido à entidade tanto financiamentos institucionais de longo prazo, como recursos para a viabilização de projetos específicos. Esses financiamentos têm permitido o cumprimento das atividades programáticas da AS-PTA, bem como a manutenção de um corpo de pessoal qualificado e de estruturas operacionais descentralizadas. No Plano Trienal 2002-2004, a média anual das receitas orçamentárias da AS-PTA se situou em torno de US\$ 1,300,000.

Simultaneamente à consolidação de suas parcerias na esfera da cooperação internacional, a AS-PTA desenvolveu um esforço considerável com vistas à diversificação de suas fontes de financiamento, notadamente visando ao estabelecimento de parcerias com instituições nacionais, públicas e privadas. Este esforço resultou numa significativa mudança do perfil dos principais financiadores da entidade: a participação de fontes nacionais nas receitas orçamentárias da AS-PTA, que era de 10% no Plano Trienal 1999-2001, passou a 38% no Plano 2002-2004. Essa proporção tende a se manter no Plano Trienal 2005-2007. Por outro lado, o reconhecimento social alcançado pelas atividades da AS-PTA visando à superação da pobreza e ao desenvolvimento rural sustentável, valeu-lhe, em 1996, por ato do governo federal, a distinção como entidade filantrópica de utilidade pública federal. A esse reconhecimento, associou-se um subsídio financeiro anual significativo (aproximadamente US\$ 160.000), decorrente da isenção do pagamento das obrigações sociais anteriormente devidas.

Num outro plano, a valorização do trabalho da AS-PTA nos campos técnico, metodológico e político por distintos setores da sociedade tem se traduzido num crescente número de demandas à entidade para consultorias, parcerias e serviços profissionais por parte de instituições públicas (e mesmo empresas privadas), organismos multilaterais e organizações da sociedade civil. A entidade identifica nessas demandas uma fonte potencial de geração de recursos financeiros ponderáveis. Ao mesmo tempo, em algumas oportunidades se confrontou com a experiência de executar contratos apoiados exclusivamente nos seus recursos humanos e de infra-estrutura, e esse procedimento resultou em desorganização de suas atividades programáticas.

Visando à efetivação das potencialidades das demandas por serviços, mas sem incorrer nos riscos acima referidos, a AS-PTA tem se empenhado – sobretudo nos últimos 3 anos – em desenvolver capacidades gerenciais e humanas e experiências específicas que lhe permitam incorporar a geração própria de recursos como uma nova dimensão de sua política de financiamento.

Em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), foi constituído um pequeno núcleo técnico encarregado de encubar a criação de uma “empresa social”, de responsabilidade limitada, com gerência e recursos

independentes, cujos resultados financeiros serão revertidos em benefício das duas entidades inspiradoras do empreendimento.

A estrutura modelar da empresa prevê um funcionamento enxuto, centrado na figura de um gestor profissional que terá por função identificar e negociar projetos e serviços. Caberá igualmente ao gerente constituir equipes *ad hoc* para execução dos contratos, recrutando consultores na ampla gama de relações que a AS-PTA e o CTA-ZM estabelecem em todo o país com profissionais de alta qualificação, inseridos em ONGs, universidades, instituições públicas de pesquisa e empresas públicas e privadas de desenvolvimento rural.

O processo de encubação da empresa dentro desse modelo já se encontra em curso. Na atual fase, ela se aloja nas estruturas da AS-PTA e do CTA-ZM, como um setor à parte. As duas entidades têm celebrado sucessivos contratos de prestação de serviços, numa escala de “um contrato por vez”, bem mais reduzida que a intensidade das demandas espontâneas que têm se apresentado. Na atual fase de encubação do empreendimento, esses serviços têm constituído um campo experimental de acercamento a esse novo setor de atividades, de teste e desenvolvimento de competências gerenciais e um meio para a constituição de um capital inicial destinado a garantir, a prazo, a criação e o funcionamento independente de uma empresa com identidade própria.

A AS-PTA avalia que a empresa não se descolará da encubadeira, ou seja, não terá capacidade de decolar, antes de um ano e meio a dois anos. O principal limitante é a identificação de gerentes e o desenvolvimento de capacidades para essa função.

A AS-PTA tem procurado imprimir ao empreendimento um ritmo realista e compatível com a complexidade e a “novidade” das questões em jogo. Os serviços prestados até o presente confirmam a existência de um amplo campo de possibilidades, onde se associam a captação de recursos e a abertura para um meio social fecundo para a promoção do desenvolvimento rural sustentado e da agroecologia. Ao mesmo tempo, a entidade tem estado muito atenta para preservar sua independência, seus recursos humanos, sua infra-estrutura, seus recursos financeiros e suas atividades programáticas face às diferentes aderências que arriscam de ser geradas no processo de constituição e funcionamento pleno da empresa, e que podem resultar em prejuízos para as duas partes.

2. Contexto sócio-político

Apreendido a partir dos objetivos que organizam a estratégia da AS-PTA, o contexto sócio-político atual é marcado por dois grandes eventos que têm influenciado e que continuarão nos próximos anos a influenciar as perspectivas para a promoção da agricultura familiar, da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável.

O primeiro se situa no âmbito das relações da sociedade com o Estado: a instalação do governo Lula em 2003. O segundo se situa no campo da construção do movimento agroecológico: a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Relação sociedade x Estado

A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal foi cercada por grande expectativa da sociedade civil organizada, particularmente dos movimentos sociais do campo. Esse conjunto de atores sociais coletivos, que por décadas lutaram pela vitória eleitoral de Lula, viram aí a possibilidade de se configurar a hora e a vez da convergência entre a ação do Estado e as organizações da sociedade em torno à formulação e defesa de um projeto de democratização do mundo rural.

Essas expectativas se organizaram em torno à implementação de políticas articuladas que apontassem a longo prazo para um novo modelo de desenvolvimento rural com sustentação social na agricultura familiar, em detrimento da grande propriedade empresarial monocultora. Dentre essas políticas, anseava-se pela Reforma Agrária massiva, por uma nova concepção e forma de organização dos sistemas de produção e disseminação de conhecimentos para a agricultura, por programas integrados de financiamento ajustados às especificidades técnicas e econômicas da agricultura familiar, por programas de fomento à produção alimentar e à geração de empregos agrícolas e não-agrícolas e por instrumentos reguladores que favorecessem a melhoria do acesso aos mercados locais, regionais, nacional e internacional.

Ao analisarmos o desempenho do novo governo após quase dois anos de sua instalação, constatamos que as orientações das políticas públicas adotadas para o mundo rural, tanto na dimensão macro como das medidas específicas, não trouxeram para a ordem do dia a agenda de prioridades apresentada na campanha eleitoral e que alimentaram as expectativas acima apontadas. Não se delineiam, além disso, políticas de longo prazo que antecipem ou que permitam antever perspectivas de mudança do modelo de organização técnica e social da agricultura brasileira.

O agronegócio e o capital financeiro mantêm a iniciativa nos campos político e econômico e até o momento são os grandes beneficiários das políticas de curto prazo que, com o passar do tempo, vão se configurando como a essência da estratégia que organiza a ação de governo, polarizada pelo Ministério da Agricultura. Enquanto isso, as políticas que poderiam estruturar novas condições para um outro modelo de sociedade rural são relegadas a segundo plano, sendo geridas por um Ministério de Desenvolvimento Agrário enfraquecido politicamente e desfalcado dos recursos financeiros necessários para a implementação das políticas anunciadas em campanha.

Em que pesem as restrições de ordem política e financeira acima apresentadas, também fazem parte do contexto algumas iniciativas que constituem nichos de inovação em diferentes instâncias governamentais. Esse é o caso das secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário que vêm procurando introduzir modificações mais coerentes com a perspectiva agroecológica nas políticas de extensão rural, crédito, planejamento do desenvolvimento local etc. No âmbito do Ministério da Agricultura, cabe destacar o programa de constituição de estoques de alimentos através da compra antecipada de produtos da agricultura familiar, implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Finalmente, o Ministério do Meio Ambiente vem tomando iniciativas inovadoras no campo da conservação e uso da agrobiodiversidade. Com esses setores, a AS-PTA e outras entidades do campo agroecológico têm estabelecido parcerias fecundas, muitas das quais referidas em outras partes deste documento.

Abrem-se os espaços, mas a implementação das políticas encontra dois obstáculos principais. O primeiro, se relaciona à rigidez dos procedimentos operacionais dos aparelhos executivos do Estado que muitas vezes inviabiliza as parcerias com organizações da sociedade civil decididas em níveis superiores da hierarquia governamental. O segundo, se refere à dessincronia e contradições entre os ritmos e os métodos empregados pelo Estado e pelas organizações da sociedade civil. Enquanto o primeiro informa sua atuação e estabelece suas metas visando massificar no curto prazo os benefícios de suas políticas, as exigências em “tempo pedagógico” para construções coletivas de capacidades e institucionalidades apropriadas à gestão de programas públicos de maior monta caracterizam a forma de intervenção das organizações da sociedade.

Nessas circunstâncias, o Estado termina por mobilizar a sociedade civil em torno de uma agenda que não corresponde às capacidades das organizações e movimentos atuantes em âmbitos ainda fortemente localizados e fragmentados. Esse tipo de procedimento, que tem caracterizado historicamente as políticas públicas estatais, é insensível à percepção das diversidades socioambientais e das estratégias coletivas que vão sendo gestadas e implementadas pelas populações locais no enfrentamento de problemas que se colocam ao seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, são políticas que encontram enorme dificuldade para valorizar e potencializar as capacidades criativas dessas populações e suas experiências exitosas que apontam para soluções ajustadas aos contextos locais. Ao reproduzir essa cultura política tradicional do Estado, essas políticas, embora inovem no conteúdo, são incapazes de fortalecer a capacidade autônoma das organizações da sociedade para ler a realidade em sua complexidade e formular, defender e implementar projetos próprios voltados para o desenvolvimento rural.

Apesar da significativa reversão de expectativas com relação à capacidade do atual governo e suas políticas de inverter as prioridades sociais, o atual momento continua encerrando uma oportunidade histórica única para o efetivo desenvolvimento democrático da sociedade brasileira. A análise rigorosa do atual governo não deve eludir o fato de que permanecem por serem exploradas várias margens de pressão social para a redefinição dos rumos que estão sendo seguidos. Esse ponto de vista reitera a atualidade de estratégias voltadas para fortalecer a coesão dos movimentos sociais em torno a um projeto para o mundo rural brasileiro fundado na agricultura familiar e na agroecologia.

Construção do campo agroecológico brasileiro

Gozando de crescente visibilidade e de uma percepção mais clara e positiva de amplos setores da sociedade, a agricultura familiar e a agroecologia vêm merecendo cada vez maior exposição na mídia e, por conseqüência, maior legitimação pública. Esse fato reveste-se de importância estratégica para o movimento agroecológico brasileiro na medida em que reformas estruturais no campo e mudanças nas concepções que orientam o desenvolvimento rural não se processarão sem que sejam assumidas pelo conjunto da sociedade como parte integrante de um projeto próprio de nação.

A construção de alianças entre o movimento agroecológico e outros movimentos sociais atuantes em prol da democratização da sociedade apresenta-se, nesse sentido, como condição essencial para o adensamento político de um projeto nacional que compatibilize as orientações do desenvolvimento nacional com as políticas agrícolas numa perspectiva de promoção da sustentabilidade socioambiental.

No curso dos últimos anos, novas pontes de relacionamento vêm sendo construídas entre o movimento agroecológico e outros movimentos sociais como resultado do estabelecimento de agendas políticas comuns, proporcionando condições excepcionais para a inter-influência e o fortalecimento mútuo entre diferentes campos organizados da sociedade civil. Esse é o caso, por exemplo, da aproximação verificada com ambientalistas e movimentos de consumidores em torno à campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos” e dos debates com o movimento feminista sobre a democratização das relações sociais de gênero na agricultura familiar. No caso dos ambientalistas, essa aproximação vem permitindo que os termos do debate entre ambientalismo e desenvolvimentismo evoluam e deixem de ser marcados por polarizações ideológicas esterelizantes da ação coletiva.

Mesmo no universo dos movimentos sociais do campo, verificam-se crescentes níveis de interatividade em torno à defesa da agroecologia como opção para a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental da agricultura familiar. Cabe destacar, nesse sentido, a orientação política assumida explicitamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) em defesa da agroecologia.

Embora o enfoque agroecológico tenha sido consagrado como orientação política por esses movimentos, sua tradução em práticas sociais massificadas ainda está por ser exercitada. De outro lado, verificam-se significativas experiências de agroecologia já existentes nas bases sociais desses movimentos que mantêm uma relativa autonomia com relação às iniciativas das direções. Fazer convergir essas experiências autônomas com as orientações das cúpulas diretivas é um dos grandes desafios colocados para o futuro imediato desses movimentos. Para tanto, caberá a eles incorporar métodos de trabalho que valorizem e potencializem as peculiaridades culturais inerentes às diversidades socioambientais em que as famílias e comunidades rurais de suas bases estão inseridas.

Ao mesmo tempo em que aproximações estratégicas com movimentos sociais vêm se processando, verifica-se no interior do próprio movimento agroecológico uma demarcação de campo mais explícita entre o setor que atua na promoção de transformações estruturais na sociedade rural brasileira e aquele mais identificado com as oportunidades de mercado da agricultura orgânica. Embora essa demarcação não signifique propriamente um “racha” no movimento agroecológico, que continua coeso em torno a temas estratégicos de uma agenda política mais ampla, certamente especifica enfoques e prioridades que, eventualmente, vem colocando esses setores em lados opostos. O debate sobre a certificação da qualidade orgânica dos alimentos, por exemplo, polarizou o movimento por ocasião da regulamentação da lei federal definidora das normas e dos procedimentos relacionados à questão.

Avanços importantes também vêm se verificando no mundo acadêmico. A pesquisa em agroecologia vem sendo assumida por um número cada vez maior de profissionais vinculados a instituições oficiais. Embora o paradigma agroecológico ainda não oriente explicitamente o enfoque e a organização institucional de empresas de pesquisa e universidades públicas, a multiplicação dessas iniciativas individuais ou de pequenos grupos é reveladora da existência de um movimento de transformação que vem sendo gestado por dentro das instituições oficiais. Apesar de numerosas e crescentes, essas iniciativas ainda são muito dispersas, não chegando a configurar um campo articulado capaz de influenciar os rumos da pesquisa e do ensino agrônomo no país. Trata-se também de iniciativas pouco sistematizadas e socializadas, o que dificulta o

aprendizado mútuo entre pares da comunidade acadêmica e a valorização social dos ensinamentos por ela gerados.

A enorme diversidade de práticas e métodos encerrada no campo agroecológico brasileiro implica de forma direta a dificuldade da construção coletiva do próprio conceito de agroecologia. Partindo de adesões conceituais e enfoques metodológicos muito distintos entre si, as organizações integrantes do movimento terminam por encontrar dificuldades de escapar de rotinas operacionais que impõem limites à interação entre elas. Essas invariantes institucionais que dificultam o acercamento ao enfoque agroecológico por parte das organizações é um dos obstáculos a ser enfrentado no processo de fortalecimento da coesão do movimento.

Não obstante o fato de que essas cristalizações metodológico-conceituais se manifestem em graus mais acentuados nas instituições oficiais de pesquisa agrícola e extensão rural, ainda fortemente informadas pelo paradigma da Revolução Verde, também muitas ONGs do campo agroecológico demonstram limitações dessa natureza. As naturais necessidades de reprodução institucional induzem-nas a procurar espaços próprios de visibilidade, o que dificulta a incorporação de abordagens de trabalho mais integrativas com os processos sociais e valorizadoras das capacidades de ação transformadora das organizações parceiras. Tendo as institucionalidades aparentemente diluídas nas interações em redes horizontais, os avanços das dinâmicas sociais de inovação agroecológica são atribuídos ao conjunto das instituições em interação não podendo ser creditado a uma ou outra em particular.

A ANA, diante desse contexto, tanto expressa as diversidades e desafios de construção do movimento agroecológico quanto é um instrumento para a construção de sua identidade. Para cumprir esse papel, cabe a ela se prevenir contra a tentação de aparelhamento organizativo que faz parte da tradição política tanto das formas de ação do Estado quanto da relação entre as instituições da sociedade civil. Com efeito, uma das questões que a ANA tem problematizado e que tem reflexos importantes em sua estratégia de constituição é a de ser percebida de forma equivocada por diferentes instâncias do governo federal como um interlocutor orgânico capaz de se fazer representar como um ente político nacionalmente legitimado.

Sendo constituída por diversidades, cabe à ANA respeitá-las para poder tirar partido das capacidades autônomas das organizações e redes regionais de construir identidades e projetos próprios em diferentes âmbitos de suas atuações com base em princípios comuns cimentadores de uma unidade no plano nacional. Uma estrutura formal de representação institucional trairia a intenção de construir um movimento de baixo para cima, que seja valorizador dessa diversidade e que faça convergir as capacidades políticas até então dispersas. Além de fictícia, por ter sua legitimidade dificilmente sustentada, uma representação formal encerra o risco de rupturas políticas na medida em que não há subordinação possível entre as partes de um movimento social tão plural.

Para manter coerência com sua vocação, a ANA deve atuar no sentido de estimular a interação entre as numerosas experiências concretas dispersas pelo país para delas sistematizar os ensinamentos e os subsídios necessários para a formulação coletiva de propostas de políticas específicas que, pouco a pouco, ao se articularem, vão configurando um projeto mais amplo de transformação do mundo rural brasileiro. A manutenção do equilíbrio entre essas duas dimensões da ANA (interatividade entre as experiências locais visando ao fortalecimento mútuo; a influência sobre as políticas

públicas) deverá ser o principal elemento promotor de sua vitalidade e justificador de sua existência. A manutenção desse equilíbrio significa que:

- a ANA não pode se limitar ao fomento do intercâmbio entre redes que, embora fecundo para as experiências em interação, não tiram conseqüências políticas mais amplas;
- a ANA não pode correr o risco de ficar retida no campo da relações inter-institucionais e se dissolver nas articulações e debates no âmbito das super-estruturas políticas.

Até o momento a ANA tem conseguido perceber e construir o seu campo próprio de ação se prevenindo contra esses riscos. Tem alcançado esse resultado, de um lado, ao priorizar o desenvolvimento das redes regionais, espaços fundamentais na intermediação entre os processos locais e os nacionais e, de outro, ao estabelecer no âmbito das coordenações um ambiente positivo para o debate sobre suas estratégias de ação, permitindo divisar os campos das diversidades e das convergências.

Na sua continuidade, caberá à ANA convocar o segundo ENA como um passo necessário para dar um novo salto de qualidade das articulações no plano nacional. O novo encontro nacional deverá reunir uma base ampliada de experiências para conferir maior visibilidade ao movimento agroecológico e consolidar a natureza da institucionalidade da ANA.

3. Estratégia e objetivos para o Trienal 2005 – 2007

Desde o Plano Trienal 1993-1995, a AS-PTA vem fundamentando suas concepções estratégicas na combinação de dois âmbitos de intervenção: o local e o nacional. Nessa estratégia, os Programas de Desenvolvimento Local assumem um papel de centralidade ao jogarem simultaneamente a função de desenvolver métodos potencialmente generalizáveis e de favorecer a emergência de referências demonstrativas sobre desenvolvimento local sustentável passíveis de se traduzir em força política que dê sustentação ao processo de massificação da agroecologia. Os acúmulos institucionais gerados localmente são valorizados em âmbitos mais amplos através da interação da entidade com diferentes redes de atores que intervêm direta ou indiretamente sobre a problemática do desenvolvimento da agricultura no Brasil. Para cumprir com a função de sistematizar acúmulos e projetá-los para o conjunto da sociedade, a instituição conta com dois “programas transversais”: o Programa de Políticas Públicas e Programa de Desenvolvimento Metodológico. É por meio da conjugação de esforços de seus programas operacionais (Locais e Transversais) que a AS-PTA vem conseguindo articular as dimensões micro (local) e macro (nacional).

Na articulação entre esse dois âmbitos de atuação é que a entidade define seus objetivos estratégicos para o próximo triênio, reafirmando e desenvolvendo as orientações firmadas no Trienal 2002-2004. São, portanto, eixos estratégicos de ação para o período 2005-2007:

- a) Fortalecer os Programas de Desenvolvimento Local a partir do aumento da escala social e geográfica de abrangência dos mesmos através da intensificação dos processos sociais de experimentação nos planos técnico, metodológico e político-organizativo.

- b) Apoiar a consolidação da Articulação Nacional de Agroecologia nos planos político e organizativo através do estímulo à intensificação da interatividade entre experiências e dinâmicas sociais de inovação agroecológica e o fortalecimento da expressão social e política do movimento agroecológico no plano nacional.

Esses dois eixos se traduzem nos seguintes objetivos prioritários em torno aos quais se mobilizará transversalmente o conjunto da instituição no triênio:

a) Com relação ao fortalecimento dos Programas de Desenvolvimento Local

- Intensificar a escala social dos Programas de Desenvolvimento Local combinando a capilarização das redes de agricultores-experimentadores nos municípios e comunidades que integram os territórios abrangidos pelo Fórum do Centro-Sul do Paraná e pelo Pólo Sindical da Borborema com o aprofundamento dos processos de transição agroecológica nas propriedades das famílias agricultoras em ambas as regiões.
- Fortalecer as capacidades das organizações da agricultura familiar parceiras, de forma a que venham a assumir autonomamente a gestão política e administrativa de programas de desenvolvimento local.
- Consolidar o Projeto Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro através do fortalecimento de suas parcerias e do desenvolvimento e sistematização de sua abordagem metodológica para o cultivo em quintais.
- Dar continuidade aos processos de desenvolvimento e sistematização de métodos de abordagem dos seguintes temas pela instituição:
 - ❖ promoção da equidade de gênero nas dinâmicas sociais de inovação agroecológica;
 - ❖ empoderamento das famílias mais pobres no universo social que compõe a base das organizações da agricultura familiar parceiras;
 - ❖ avaliação econômica e ecológica dos impactos das inovações agroecológicas incorporadas aos sistemas produtivos familiares;
 - ❖ acesso aos mercados pela agricultura familiar;
 - ❖ interação da pesquisa acadêmica com redes de agricultores-experimentadores;
 - ❖ formulação de propostas de políticas públicas com base na valorização de experiências promovidas pelas redes locais de inovação agroecológica.

b) Com relação à consolidação da Articulação Nacional de Agroecologia

- Apoiar a consolidação de redes regionais diretamente envolvidas em dinâmicas de inovação agroecológica no sul, sudeste e nordeste do Brasil.
- Estabelecer parcerias com movimentos sociais de trabalhadores rurais em torno à incorporação do enfoque agroecológico por suas bases sociais;
- Apoiar a constituição de articulações de grupos de pesquisadores e instituições acadêmicas envolvidos com pesquisa em agroecologia no país.
- Consolidar o sistema de informação sobre experiências em agroecologia na região do semi-árido brasileiro e estimular a constituição de sistemas similares em outras regiões.
- Promover e apoiar a formulação de propostas de políticas públicas favorecedoras da agricultura familiar e da agroecologia e a sua negociação junto ao governo federal.

O cumprimento dos objetivos estratégicos acima referidos requer que a entidade também desenvolva ações no sentido de ajustar sua capacidade instalada às suas

agendas prioritárias de atividades. Para tanto, a AS-PTA estará empenhada neste triênio em aperfeiçoar seus procedimentos organizativos nas seguintes dimensões:

- Fortalecimento das transversalidades entre programas operacionais dando efetividade à capacidade interna de produção de sínteses de seus acúmulos e de projetá-las publicamente.
- Revigorar a capacidade de gestão estratégica da AS-PTA através da intensificação de seus procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação institucional.
- Fortalecimento da coesão interna da entidade através do aprimoramento dos circuitos internos de informação, da abertura de oportunidades de qualificação profissional, de intensificação dos procedimentos de gestão compartilhada nas áreas técnica e administrativo-financeira.
- Manutenção da estratégia financeira da instituição fundada na diversificação das fontes de financiamento e na geração de recursos próprios.
- Consolidação do sistema de gestão financeira da entidade.

4. Plano de Ação

4.1. Programas de Desenvolvimento Local

4.1.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano

1. Balanço do Trienal 2002-2004

O Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano teve como principal desafio no triênio 2002-2004 promover o aumento das escalas social e geográfica de influência de suas ações. Inaugurado em 1993, o Programa manteve-se até 2001 atuando de forma concentrada em três municípios da região. Durante esses nove anos, dedicou-se à geração de referências técnicas e metodológicas passíveis de serem irradiadas através de dinâmicas sociais mais amplas orientadas para promover a transição agroecológica dos sistemas produtivos da agricultura familiar no semi-árido brasileiro.

A partir de 2002, em sincronia com o conjunto da instituição, o Programa assumiu uma postura francamente extrovertida, ao procurar valorizar seus acúmulos por meio do estabelecimento e/ou fortalecimento de novas alianças estratégicas com organizações e redes da sociedade civil integrantes do campo agroecológico no conjunto do semi-árido. Essa projeção “para fora” se deu de forma combinada com ações orientadas para o aprofundamento de seus acúmulos no Agreste da Paraíba, onde permaneceu mantendo sua intervenção concentrada.

O desafio antes referido manifestou-se exatamente na manutenção de um difícil equilíbrio entre uma atuação regionalmente concentrada e exigente em recursos humanos e financeiros, e a inauguração de uma estratégia voltada explicitamente para projetar os acúmulos institucionais anteriormente alcançados para escalas de abrangência mais amplas. Soma-se a esse desafio o fato de que a manutenção desse equilíbrio teve que se processar sem que para tanto tenham sido agregados aumentos correspondentes nas disponibilidades materiais para a execução do Programa.

A possibilidade de lidar com esse desafio só se tornou exeqüível e recobriu-se de êxito nesse último Trienal porque juntamente com os avanços nos planos técnico e metodológico dos anos anteriores ocorreu também um alto grau de apropriação desses mesmos avanços pelas organizações da agricultura familiar parceiras na região. Esse fato é revelador da correção da abordagem metodológica empregada pela AS-PTA que, em essência, está orientada para fortalecer as capacidades das organizações da agricultura familiar de se apropriarem de instrumentos de conhecimento da realidade e de formular, defender e gerir projetos próprios de desenvolvimento local.

O Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema jogou um papel primordial nesse processo de aumento de escala ao fomentar nas comunidades e municípios abrangidos pela sua área de abrangência dinâmicas sociais permanentes voltadas para a construção de conhecimentos úteis formadores de uma consciência crítica que se traduz em capacidades crescentes de leitura e intervenção na realidade. A disseminação dessas dinâmicas inovadoras no Agreste vem se processando através da constituição de redes comunitárias, municipais e regionais de agricultores-experimentadores que se interconectam para produzir sínteses de aprendizado técnico e metodológico e de projeção política do processo regional.

Simultaneamente a essa expansão do Programa de Desenvolvimento Local para o conjunto de 16 municípios do Agreste Paraibano, a AS-PTA em conjunto com o Pólo se empenhou na intensificação de relações de intercâmbio com outras dinâmicas de inovação presentes em outras regiões semi-áridas do estado da Paraíba e nos outros 10 estados do semi-árido brasileiro.

Na esfera estadual essas relações vêm sendo tecidas por dentro da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) e, na regional, pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA-Brasil). No último Trienal a AS-PTA organizou, em conjunto com a ASA-PB, três Encontros Paraibanos de Agroecologia (EPAs) e um Encontro da ASA-Brasil (Enconasa). Exercendo grande influência na concepção metodológica desses eventos, a AS-PTA e o Pólo vêm procurando reproduzir junto a essas redes mais amplas a bem sucedida abordagem metodológica empregada no Agreste da Paraíba. Assim, com a presença marcante de agricultores e agricultoras portadores de experiências, esses eventos vêm, pouco-a-pouco, reafirmando a importância do aprendizado mútuo com base na interatividade entre dinâmicas locais de inovação agroecológica.

O processo preparatório do Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, foi essencial para o estabelecimento de uma nova qualidade de relação entre as organizações e redes constituintes do campo agroecológico no semi-árido. Nessas novas relações, os acúmulos práticos alcançados nas dinâmicas locais ganharam um realce que até então lhes era pouco atribuído. A realização de encontros de agricultores-experimentadores de forma integrada aos eventos, por exemplo, marca o caráter inovador dos processos de articulação das organizações da sociedade civil envolvidas com a problemática do desenvolvimento rural no semi-árido brasileiro. Ao focar as experiências concretas para delas extrair ensinamentos generalizáveis em outros contextos, os intercâmbios horizontais vêm favorecendo a participação massiva de agricultores e agricultoras diretamente envolvidos nas práticas inovadoras, possibilitando a extensão da abordagem das redes de agricultores-experimentadores para outras regiões.

Ao articular as dinâmicas sociais de inovação agroecológica emergentes no Agreste da Paraíba em um campo mais amplo de intercomunicabilidade, foi possível gerar um

movimento de mão dupla no qual as organizações e famílias vinculadas ao Pólo tanto se alimentaram com novas referências de inovação oriundas de outras regiões quanto puderam irradiar suas próprias experiências para outros universos geográficos e sociais.

Ao enfrentamento das questões concretas vivenciadas pelas famílias agricultoras em suas propriedades, vinculam-se processos de formulação de propostas de políticas públicas orientadas para disseminar as alternativas testadas e aprovadas localmente. Essa combinação entre experimentação local e a mobilização das forças sociais politicamente ativas permite que a ação política das organizações da agricultura familiar se processe “por dentro” das dinâmicas sociais locais, mobilizando desde agricultores e agricultoras da base das organizações de representação (sindicatos, associações etc) até as lideranças locais/regionais. Essa abordagem para a construção de capacidades políticas vem permitindo a agregação dos atores sociais dispersos nas dinâmicas descentralizadas de inovação, favorecendo a organização de expressões coletivas em torno à construção de projetos próprios para o desenvolvimento local. Com base nessa concepção de ação política, as organizações da sociedade civil vinculadas ao Pólo Sindical e à ASA-PB lograram nesse período resultados expressivos no que toca à implementação, pelo governo do estado da Paraíba, de políticas públicas inovadoras nos campos do abastecimento de sementes e de água para a agricultura familiar. Essas articulações vêm igualmente exercendo crescente influência nas políticas implementadas pelo governo federal, notadamente em ações vinculadas ao Programa Fome Zero, como o Programa de Compra Antecipada de Alimentos, da Companhia Nacional de Abastecimento.

O conjunto de iniciativas do Programa tem incidido positivamente na qualidade de vida das famílias agricultoras ao incrementar a sustentabilidade das propriedades familiares e das comunidades, em particular no que toca a segurança alimentar e hídrica, a saúde e os padrões de renda das famílias. Esses avanços se expressam em alguns indicadores, dentre os quais destacam-se:

- O estímulo à diversificação de cultivos (inhame, amendoim, gergelim, fruteiras diversas), a intensificação do plantio e uso de essências medicinais e a constituição/valorização de espaços próprios a seu estabelecimento nas propriedades (quintais domésticos, barragens subterrâneas, vazantes) têm se traduzido no enriquecimento da dieta alimentar e no aumento da oferta de alimentos e de fitoterápicos para o consumo familiar. O programa saúde e alimentação (intensificação da produção alimentar e de medicinais) beneficia atualmente 500 famílias distribuídas em 7 municípios do Pólo Sindical da Borborema.
- A construção de cisternas de placas tem permitido às famílias enfrentarem com sucesso a crônica situação de insuficiência quantitativa e qualitativa da oferta de água. As cisternas propiciam o armazenamento de água de qualidade, de forma descentralizada, em quantidade suficiente para o consumo familiar (beber e cozinhar) durante o ano. Até o ano de 2003, 230 fundos rotativos solidários para construção de cisternas foram constituídos, beneficiando 1835 famílias.
- Deficiências de nutrição infantil, de mães gestantes e lactantes têm sido enfrentadas através da produção e distribuição de complemento alimentar (“multimistura”). O Programa tem estimulado anualmente a produção e uso de mais de uma tonelada do produto, beneficiando em torno de 600 crianças e gestantes.

As inovações promovidas têm igualmente fortalecido e aperfeiçoado as estratégias tradicionais de convivência com o ambiente semi-árido, conferindo aos sistemas

agrícolas familiares melhores condições para atravessar o período seco anual (maior estabilidade), como também de absorver as perturbações graves produzidas periodicamente pelas secas (maior resistência). Dentre as práticas inovadoras mais importantes amplamente incorporadas e/ou aperfeiçoadas pelas famílias e comunidades, podem-se citar:

- A estocagem e a conservação de sementes (fortalecimento dos estoques familiares, bancos de sementes comunitários). Na área de atuação do Programa foram implantados, até 2003, 76 Bancos de Sementes, beneficiando 3.255 famílias com sementes de boa qualidade e com garantia de tê-las na hora do plantio.
- O resgate, conservação e melhoramento de variedades de cultivos agrícolas adaptados localmente. Como exemplo: 100 diferentes variedades de feijão, fava e milho foram resgatadas e tiveram seu uso intensificado pelas famílias e 20 variedades locais de sementes foram avaliadas e multiplicadas para ampla utilização.
- Práticas de estocagem e conservação de água para consumo humano, animal e agrícola: além da introdução das cisternas de placas, a construção e melhoramento de tanques de pedra, barragens subterrâneas, barramentos de pedra nos roçados, barreiros, etc.
- Práticas de constituição de reservas de forragem com o cultivo de cactáceas e arbóreas nativas e exóticas e estocagem de forragem para os rebanhos (silagem, fenação); resgate e valorização de raças dos rebanhos da região; identificação de práticas de prevenção e cura de doenças dos animais. Em 2003, 100 famílias criadoras foram beneficiadas em 69 comunidades.
- Estímulo à rearborização das propriedades familiares com o plantio de espécies que cumprem múltiplas funções nos sistemas produtivos (alimentação humana, forragem, quebra-vento, cercas vivas, lenha, etc.). Até 2003, foram produzidas e distribuídos 150 mil mudas, sendo parte significativa produzida em 36 viveiros comunitários e familiares em 7 municípios do Pólo Sindical.

As inovações que vêm paulatinamente sendo incorporadas aos agroecossistemas familiares têm gerado efeitos positivos na renda das famílias. Os estudos de monitoramento dos impactos econômicos realizados no período evidenciam a ocorrência desses efeitos em dois níveis:

- O aumento da capacidade das unidades familiares de otimizarem o uso dos recursos existentes na propriedade, produzindo seus próprios insumos e diminuindo os custos com a compra de produtos externos – seja a provisão de alimentos, água, medicamentos e lenha para atender as necessidades da família, seja a produção de insumos para utilização na produção (sementes, forragem, estacas, esterco, defensivos naturais, etc.). A otimização do uso dos recursos se traduz em intensificação produtiva, do que resulta maior capacidade de ocupação econômica da mão de obra familiar e dos geralmente limitados espaços agricultáveis disponíveis nas propriedades.
- Uma maior e mais diversificada oferta de produtos para o mercado, repercutindo em aumento da receita monetária. Além de resultar, como já assinalado, no aumento dos níveis de produtividade e da estabilidade produtiva dos sistemas, essa maior oferta se vincula também à diversificação produtiva e à oferta de produtos com bom potencial de mercado (por exemplo, o amendoim, o inhame, as estacas de sabiá, sementes de árvores para reflorestamento etc.).

No plano sócio-organizativo, cabe destacar o aprimoramento e a disseminação ao nível estadual de processos de gestão comunitária de recursos coletivos através dos bancos de sementes comunitários e dos fundos rotativos solidários.

Avanços alcançados no campo metodológico também foram significativos, proporcionando, como já ressaltado, alto nível de apropriação das proposições do Programa pelas organizações parceiras. A partir de uma melhor incorporação das dimensões política e cultural nos processos de experimentação e formação técnica, foi possível fortalecer a ação das organizações locais na promoção da dinâmica “de agricultor a agricultor”.

Os processos de comunicação social estimulados pelo programa se intensificaram e se qualificaram. Os produtos elaborados (vídeos, cartilhas, folhetos, *banners*, painéis fotográficos etc) têm sido fundamentais para dar suporte pedagógico e para intensificar os fluxos de informação nas redes de agricultores-experimentadores. Além desses meios de comunicação, o Pólo vem estimulando o aprimoramento do uso dos meios tradicionais de comunicação nas comunidades rurais, reforçando práticas culturais e sociabilidades. Entre esses meios destacam-se os programas de rádio, o teatro, a poesia, o repente, o cordel e a música.

Ainda no plano das abordagens de trabalho, vale ressaltar avanços alcançados pelo Programa no tratamento da problemática das relações sociais de gênero na agricultura familiar. No enfoque empregado, procura-se incorporar explicitamente esta dimensão com o intuito de propiciar maior participação das mulheres nas dinâmicas sociais em curso e, através disto, uma maior equidade e sustentação sócio-política do processo de construção e promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento. A valorização do papel das mulheres, tanto do ponto de vista da sua contribuição econômica na família, como o seu papel nos espaços públicos (nos STR's, na Catequese Familiar, nas associações, etc.) tem se dado tanto por meio da incorporação de um enfoque metodológico que estimula dinâmicas que integram a dimensão de gênero nos processos locais de experimentação, como pela incorporação de temas de trabalho de interesse específico (como, por exemplo, as plantas medicinais ou ainda a água para o consumo da casa).

A continuidade e ampliação da política de parcerias com universidades e centros de pesquisa foi outro elemento importante para a viabilização do método empregado. Por intermédio dessas parceiras têm-se criado pontes entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos populares. Nesse período a AS-PTA estabeleceu, em conjunto com o Pólo, parcerias com diversas instituições acadêmicas, dentre as quais: a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Pernambuco, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento – França.

A melhoria do acesso da agricultura familiar aos mercados foi outro tema abordado pelo Programa no triênio. Não dispondo de recursos para o transporte próprio e de seus produtos, as famílias estão freqüentemente ausentes das feiras urbanas locais e se vêem forçadas a vender suas produções e a se abastecer em condições desfavoráveis, sujeitando-se aos preços dos “bodegueiros” e de atravessadores locais. Outro lado do problema é a tendência à especialização dos mercados através de cadeias verticais, com forte incidência negativa sobre a sustentabilidade econômica e técnica dos sistemas familiares de produção.

O aumento expressivo do número de famílias produtoras de alimentos ecológicos gerou novas oportunidades de inserção da agricultura familiar nos mercados. No triênio foram inauguradas algumas feiras municipais e uma feira regional exclusivamente dedicadas à comercialização realizada pelos produtores ecológicos vinculados a organizações do Pólo. Para subsidiar o debate do Pólo na elaboração de suas futuras estratégias em torno a essa temática, foi conduzido um estudo específico sobre os canais de comercialização tradicionalmente adotados na região, dando-se especial destaque ao papel das feiras como espaços de realização econômica da produção da agricultura familiar.

Além de valorizar seus acúmulos anteriores nos planos técnico e metodológico, o aumento de escala experimentado cobrou do Programa grande dedicação no campo do fortalecimento institucional das organizações da agricultura familiar. Com efeito, na medida em que conta com as capacidades de mobilização e gestão de recursos próprios de famílias e organizações, a concepção de aumento de escala adotada exige uma nova institucionalidade ainda não vivenciada pelas organizações locais. A formalização legal do Pólo ocorrida no período representou um salto de qualidade nesse sentido uma vez que permite que ele estabeleça diretamente suas parcerias com organismos governamentais, sem que para tanto continue a depender da intermediação institucional da AS-PTA ou de outra instituição juridicamente constituída. Já contando com sede e equipe técnica próprias, o Pólo experimenta hoje um processo inédito de gestão de recursos públicos na implementação de programas de desenvolvimento local. O aprimoramento das capacidades do Pólo e das organizações a ele vinculadas para gerirem política, administrativa e financeiramente programas de desenvolvimento local apresenta-se como um desafio a ser enfrentado no próximo período Trienal.

2. Objetivos para o Trienal 2005-2007

- Fortalecer as capacidades técnicas, administrativas, metodológicas e políticas do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema para que ele se consolide como articulador de organizações formais e informais da agricultura familiar e interlocutor autônomo junto a instâncias governamentais em defesa da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentado no Agreste da Paraíba;
- Incrementar e qualificar a participação de agricultores e agricultoras familiares em programas de desenvolvimento rural nos 11 estados do semi-árido brasileiro através da disseminação de redes de agricultores-experimentadores envolvidas com processos de inovação agroecológica;
- Dar continuidade ao programa de formação agroecológica em curso no Agreste da Paraíba;
- Dar continuidade ao programa de comunicação social já em curso no Agreste da Paraíba;
- Apoiar material, técnica e metodologicamente as comissões temáticas do Pólo Sindical e da ASA-PB para que elas se qualifiquem como coordenadoras das redes de agricultores-experimentadores constituídas respectivamente no Agreste e no conjunto do semi-árido paraibano;
- Realizar estudos de caso sobre impactos das dinâmicas de inovação agroecológica sobre a democratização das relações de gênero na agricultura familiar;
- Diversificar e fortalecer mecanismos de acesso ao mercado por parte das famílias de agricultores envolvidas em processos de transição agroecológica no Agreste da Paraíba;

3. Linhas de ação e metas

O Programa continuará organizando sua intervenção segundo as mesmas linhas de ação adotadas no Trienal 2002-2004. São elas:

a) Formação

Operacionaliza as atividades orientadas para a valorização e aprofundamento dos conhecimentos envolvidos nas distintas experiências inovadoras em curso. Nesse sentido, trata-se de atividades muito dependentes dos processos de experimentação conduzidos por famílias e organizações de agricultores. Além dos conhecimentos sistematizados a partir do processo de experimentação local, incorpora também informações e conhecimentos oriundos do mundo acadêmico. Por isso, mantém um vínculo estreito com as atividades de mobilização de conhecimentos (diagnósticos, pesquisas, monitoramentos etc).

Direcionadas para agricultores e agricultoras e para as lideranças de suas organizações, as atividades de formação organizam-se com base nos eixos temáticos, técnicos e político-metodológicos adiante citados. A formação nos temas técnicos (formação agroecológica) tem por objetivos: aprofundar os conhecimentos técnicos envolvidos nos experimentos; articular agricultores-experimentadores, promovendo intercâmbio de experiências entre eles; preparar técnica e metodologicamente agricultores e agricultoras para atuarem como formadores em suas comunidades e municípios.

A formação nos temas político-metodológicos tem por objetivos: formar e articular lideranças de agricultores, promovendo análises das experiências inovadoras em curso na região; estudar diferentes estratégias e métodos de ação política de organizações de agricultores; analisar as políticas públicas oficiais e seus impactos sobre a sustentabilidade da agricultura familiar; promover políticas voltadas para a equidade de gênero nas organizações e nas famílias dos agricultores.

No triênio serão conduzidas as seguintes atividades nessa linha de ação:

- 108 visitas técnicas de agricultor para agricultor sobre experiências em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, dos quintais, beneficiamento e comercialização e educação ambiental. Cada visita envolverá 20 agricultores-experimentadores da região do Agreste da Paraíba (de âmbito comunitário, municipal ou intermunicipal).
- 45 eventos de intercâmbio para conhecer experiências, em outras regiões e/ou outros estados, em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, dos quintais, beneficiamento e comercialização e educação ambiental. Cada evento envolverá 28 agricultores-experimentadores do Agreste da Paraíba e agricultores-experimentadores e/ou instituições de pesquisa de fora dessa região.
- 240 Oficinas sobre práticas manejo integrado da água na agricultura familiar e gestão coletiva de recursos. Em cada evento participarão 25 agricultores-experimentadores em média..
- 22 Encontros regionais sobre manejo da água, da biodiversidade, de sistemas agroflorestais, meliponicultura e apicultura, manejo da criação animal, políticas públicas e de desenvolvimento sustentável no Agreste da Borborema. Reúnem em

média 50 agricultores-experimentadores e lideranças de todos os municípios da região destinados ao aprofundamento de conhecimentos sobre temas específicos com base na análise dos resultados do processo de experimentação regional. São destinados também ao planejamento da continuidade do processo de experimentação.

- 3 Encontros estaduais sobre os bancos de sementes comunitários, envolvendo 70 agricultores-experimentadores. Destinam-se a favorecer o intercâmbio de experiências entre gestores dos bancos e a planejar ações comuns no nível estadual
- 9 eventos comemorativos – são manifestações públicas realizadas de forma integrada às feiras agroecológicas do Pólo Sindical da Borborema que ocorrem na cidade de Campina Grande-PB (Dia do Agricultor, Dia do Meio Ambiente, etc). Nessas oportunidades são realizadas palestras e exposições de experiências sobre o tema mobilizador do evento, com participação de aproximadamente 50 agricultores e agricultoras.
- 3 Encontros Paraibanos de Agroecologia – eventos envolvendo, em média, 250 lideranças e assessores da agricultura familiar de todo o estado, destinado a favorecer o intercâmbio de experiências e a planejar ações articuladas para a promoção da agroecologia no nível estadual
- 3 Eventos Estaduais no Dia Mundial da Água – São manifestações públicas envolvendo em média 1000 agricultores e agricultoras de todo o estado para debater o tema das alternativas que estão sendo desenvolvidas para o manejo ecológico dos recursos hídricos e analisar criticamente as políticas públicas específicas para o tema.
- 3 Eventos Estaduais sobre a Semente da Paixão. – São manifestações públicas envolvendo, em média, 1000 agricultores e agricultoras de todo o estado para debater o trabalho de resgate e conservação de sementes locais e analisar criticamente as políticas públicas específicas para o tema.

b) Apoio à Experimentação

O alto grau de descapitalização das famílias de agricultores na região é um forte limitante para que se ponha em marcha o processo de experimentação em uma escala socialmente relevante. Nesse sentido, o fomento material apresenta-se como uma condição indispensável. Esse tipo de apoio já tem sido prestado pela AS-PTA com sucesso, principalmente por meio de sistemas descentralizados de produção e distribuição de insumos e outros recursos materiais geridos pelas próprias organizações locais. Nesse sentido, além de apoiar materialmente o processo de experimentação local, que é a base da abordagem metodológica empregada no projeto, tem também a importante função de gerar referências inovadoras no plano sócio-organizativo, mais especificamente no que se refere a mecanismos de gestão coletiva de recursos para o desenvolvimento local. Além de servirem como referências para a ação prática das próprias organizações locais dos agricultores e agricultoras, essas inovações sócio-organizativas funcionam também como subsídios concretos para que elas elaborem propostas de políticas públicas para o financiamento da conversão agroecológica dos sistemas agrícolas familiares da região, de forma a conferir-lhes maior sustentabilidade.

No triênio, a seguinte atividade será conduzida nessa linha de ação:

- Distribuição de insumos e execução de serviços para a experimentação, beneficiando ao todo 5.500 famílias de agricultores-experimentadores.

c) Comunicação Social

A comunicação social exerce um papel fundamental na abordagem metodológica empregada. Através dos meios de comunicação produzidos, as experiências sistematizadas são divulgadas em meio às redes de agricultores-experimentadores. No Agreste da Paraíba dar-se-á continuidade à divulgação das experiências sistematizadas por intermédio de variados canais de comunicação.

As seguintes atividades associadas a essa linha de ação serão desenvolvidas no triênio:

- Elaboração, produção e distribuição de 3 cartilhas para divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores experimentadores do Agreste da Paraíba. (tiragem de 2.000 exemplares cada).
- Reimpressão e distribuição de 3 cartilhas para divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores experimentadores do Agreste da Paraíba. (tiragem de 2.000 exemplares cada).
- Elaboração, produção e distribuição de 4 vídeos de divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores experimentadores do Agreste da Paraíba.
- Elaboração, produção e distribuição de 90 boletins informativos sobre experiências desenvolvidas por famílias ligadas a organizações do Pólo Sindical da Borborema (tiragem de 1.000 exemplares cada).
- Elaboração, produção e distribuição de materiais diversos (painéis fotográficos, banners, programas de rádio, maquetes, mapas, mostruários etc).
- Elaboração, produção e distribuição de 3 calendários (tiragem de 20.000 exemplares) e 3 agendas anuais (tiragem de 300 exemplares) para a divulgação de experiências agroecológicas.
- 2 publicações técnicas - a primeira sobre rearborezação de propriedades e a segunda sobre manejo agroflorestal.

d) Mobilização do conhecimento

Envolve atividades voltadas à atualização das informações referentes ao avanço do Programa de Desenvolvimento Local nos planos técnico, metodológico e sócio-organizativo. É por meio deste esforço que os conteúdos das atividades de formação são continuamente aprimorados. Essas atividades são implementadas com o amplo envolvimento das famílias e organizações de agricultores diretamente atuantes com as dinâmicas de inovação em curso na região. Também incluem atividades de pesquisa realizadas em parceria com instituições oficiais de pesquisa.

Atividades:

- 5 monitoramentos participativos dos impactos das inovações técnicas sobre a sustentabilidade econômica, ecológica e social dos sistemas produtivos familiares. Serão realizados exercícios de monitoramento em propriedades e grupos de agricultores-experimentadores de diferentes municípios.
- 5 diagnósticos temáticos participativos (temas: manejo dos quintais, estratégias de comercialização, papel dos jovens e crianças na agricultura familiar da Paraíba, impactos das políticas públicas sobre a sustentabilidade da agricultura familiar).
- 5 pesquisas participativas (temas: manejo de variedades locais, manejo pecuário, controle alternativo de pragas e doenças, qualidade de produtos beneficiados).

- 1 diagnóstico de agroecossistemas do Agreste da Paraíba.

e) Articulação em Redes

Essa linha de ação, também denominada de PMA – Planejamento, monitoramento e avaliação de redes – refere-se às atividades voltadas à gestão operacional e política das redes de agricultores-experimentadores nas regiões de abrangência do Agreste da Paraíba e dos semi-áridos paraibano e brasileiro. Essas atividades serão planejadas e executadas em parceria com organizações vinculadas ao Pólo Sindical da Borborema, à ASA-PB e à ASA-Brasil. Essas organizações são entendidas neste projeto como mediadoras de redes, ou seja, como instituições que atuam no sentido de facilitar a interação entre grupos de agricultores-experimentadores de diferentes municípios, regiões e estados.

Atividades:

- 150 Reuniões de avaliação e planejamento das comissões temáticas e da coordenação do Pólo Sindical da Borborema. Eventos com a participação média de dez pessoas. No total serão envolvidas lideranças de 40 entidades ligadas ao Pólo Sindical.
- 60 Reuniões de avaliação e planejamento das comissões temáticas e da coordenação da ASA-PB. Eventos com participação média de dez pessoas. No total serão envolvidas lideranças de 15 entidades ligadas à ASA-PB.
- 3 Encontros Estaduais (paraibano) sobre Redes de Agricultores-Experimentadores, com participação média de 50 pessoas, agricultores e assessores.
- 3 Encontros nordestinos sobre Redes de Agricultores-Experimentadores e sobre pesquisa em Agroecologia, tendo em média 40 participantes, agricultores e assessores.

Conteúdos das linhas de ação

As atividades de Formação, Experimentação, Comunicação e Mobilização do Conhecimento se desenvolverão em torno a temas mobilizadores das dinâmicas sociais de inovação técnica e sócio-organizativa. São temas que foram se definindo nos últimos anos por meio de processos participativos de diagnóstico da realidade e de planejamento e monitoramento de atividades envolvendo a AS-PTA e as organizações de agricultores familiares congregadas no Pólo Sindical da Borborema. Eles são tanto de natureza técnica quanto de natureza político-metodológica. São eles:

I) Temas técnicos:

- Água – aborda as questões técnicas e organizativas relacionadas ao aumento da oferta descentralizada de água nas propriedades e comunidades rurais de forma a que as necessidades de consumo humano (beber, cozinhar, outros usos domésticos) e agropecuário (para os animais e para a agricultura) das famílias de agricultores sejam atendidas de forma satisfatória e estável.
- Sementes – abrange o trabalho na área de resgate, armazenamento, intercâmbio e pesquisa de variedades das espécies tradicionalmente cultivadas no semi-árido paraibano. Tem por objetivo apoiar as organizações da agricultura familiar a expandirem e qualificarem os sistemas de segurança de sementes nas comunidades rurais.
- Cultivos ecológicos – orienta-se para apoiar grupos de agricultores-experimentadores no desenvolvimento e na disseminação de inovações nos

sistemas de cultivos, tornando-os independentes de agroquímicos, permitindo que os custos de produção decresçam e que se melhore a qualidade biológica dos alimentos produzidos.

- Agrofloresta – orientado para a rearborização das propriedades familiares com espécies de múltiplo uso (cerca viva, fontes forrageiras, lenha, estacas para construção, frutas etc).
- Apicultura e meliponicultura – destinado a apoiar famílias da região em dinâmicas de inovação técnica e sócio-organizativa voltadas para a intensificação da produção e para o beneficiamento e a comercialização de mel nas propriedades e comunidades rurais.
- Criação animal – articula grupos de agricultores-experimentadores em torno às dinâmicas de inovação nos sistemas de produção de médios e grandes animais (caprinos, ovinos, bovinos, eqüinos).
- Saúde e alimentação das famílias agricultoras – relaciona-se aos temas ligados à intensificação da produção de alimentos e fitoterápicos nas propriedades e comunidades rurais. O trabalho nesse campo temático tem grande potencial mobilizador das mulheres agricultoras.
- Comercialização e beneficiamento – dedica-se à construção de estratégias técnicas e sócio-organizativas voltadas à melhoria do acesso aos mercados e à agregação de valor e conservação dos produtos da agricultura familiar.

II) Temas político-metodológicos:

- Desenvolvimento sustentável e políticas públicas – abrange a leitura crítica sobre os rumos do desenvolvimento rural e promove reflexões sobre a formulação de um perfil alternativo de políticas públicas.
- Gênero – Volta-se para o debate sobre políticas de promoção de equidade entre gêneros nos programas de desenvolvimento rural.

As atividades de “Articulação em Redes” serão desenvolvidas com o intuito de fomentar relações horizontais de mútuo aprendizado e de articulação política entre organizações e redes atuantes na promoção da Agroecologia no semi-árido paraibano, via ASA-PB, e no conjunto do semi-árido brasileiro (11 estados), via ASA-Brasil.

4. Meios de verificação

A avaliação e o monitoramento do desempenho do Programa serão realizados em dois níveis:

- a) Na equipe: a equipe fará o monitoramento sistemático do andamento do Programa em suas reuniões semanais e, de forma mais detida, ao final de cada semestre;
- b) Em conjunto com o Pólo e com a ASA-PB – essas avaliações se farão anualmente e constituirão também momentos para o planejamento das atividades do ano seguinte.

Os seguintes indicadores serão empregados para acompanhar o desempenho do Programa:

- Número de eventos realizados e número de participantes (discriminando por gênero);
- Número e tiragem dos meios de comunicação produzidos;
- Número de famílias que incorporam pelo menos uma inovação agroecológica a seus sistemas produtivos;

- Número de Fundos Rotativos Solidários Implementados no Agreste da Paraíba;
- Número de famílias beneficiadas pelos Fundos Rotativos Solidários implementados no Agreste da Paraíba;
- Número de Bancos de Sementes Comunitários implantados;
- Número de famílias associadas aos Bancos de Sementes Implantados;
- Número de intercâmbios realizados com organizações de outras regiões do semi-árido paraibano e brasileiro;
- Número de artigos e textos produzidos

4.1.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná

1. Contexto e balanço dos últimos três anos

O Programa de Desenvolvimento Local do Centro-sul do Paraná, constituído em 1993, é implementado em estreita parceria com diferentes organizações formais e informais da agricultura familiar na região. A evolução das articulações entre essas organizações resultou, em 1995, na constituição do Fórum Regional das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, como instância articuladora e interlocutor de distintas instâncias públicas para a promoção do desenvolvimento sustentado e da agroecologia na região.

Ao longo de 11 anos de parceria, a AS-PTA e as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região alcançaram fecundar um amplo processo de experimentação social nos campos técnico e sócio-organizativo, combinado com forte capacidade de expressão política.

As ações propostas de desenvolvimento local atingiram escalas sociais e geográficas crescentes, estendendo-se atualmente a 20 municípios e incorporando diretamente mais de 5.000 famílias às dinâmicas sociais de experimentação agroecológica nas comunidades. Além disso, o Programa Local desenvolveu métodos inovadores de formação de agricultores e agricultoras, articulados a formas massivas de expressão social e política de promoção da agroecologia, como são as feiras de sementes e as Romarias da Terra organizadas na região em parceria com a CPT. No nível da articulação regional, o Programa tem sido parte ativa na organização das Jornadas de Agroecologia, que se transformaram num mediador potente de relações de aprendizado mútuo entre organizações de agricultores e de assessoria e de fortalecimento de sua capacidade de expressão política.

Em que pese a elevada escala de atividades cumpridas no triênio 2002-04, particularmente nas áreas do manejo da agrobiodiversidade e da articulação estadual e regional, o Programa Local vivenciou ritmo menos intenso em suas intervenções (sobretudo nos dois últimos anos), face a dificuldades crescentes de interlocução orgânica com o Fórum Regional, em decorrência de disfunções político-organizativas internas que enfraqueceram a capacidade articuladora do Fórum e sua expressão coletiva na região.

Independentemente de fatos circunstanciais eventualmente intervenientes, essas disfunções constituem, sobretudo, reflexos do crescente desequilíbrio verificado entre, de um lado, as condições atuais de frágil institucionalidade do Fórum e, de outro, a forte amplitude social e geográfica alcançada pela ação local, que passou a cobrar do Fórum e das organizações a ele vinculadas capacidades ainda não construídas (e

instituídas) de gestão política, organizativa e técnica dos processos de inovação regional, de forma a assegurar a coesão interna do Fórum, e deste com seus parceiros, criar mecanismos ajustados de expressão e solução de conflitos, compartilhar análises e perspectivas de intervenção sobre o contexto social, mobilizar e administrar recursos próprios, etc.

A construção dessas novas capacidades e de uma nova institucionalidade apresentam-se hoje como o principal desafio colocado à consolidação e à expansão dos processos locais de inovação técnica e sócio-organizativa gestados pela ação do Fórum e da AS-PTA no centro-sul do Paraná. O enfrentamento e a superação desse desafio se inscrevem como prioridade para o Programa Local no triênio 2005-07.

Em preparação ao III Congresso da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná, em 2002, a AS-PTA e o Fórum impulsionaram amplo processo de reflexão sobre os avanços até então alcançados e as limitações presentes na dinâmica organizativa regional, e lançaram questões para o futuro. Ao mesmo tempo em que se reiterou a importância de manter e intensificar as dinâmicas de formação e de experimentação local em torno a práticas agroecológicas, abriu-se o debate sobre o papel das organizações do Fórum nos processos estaduais e nacionais de articulação das organizações do campo agroecológico.

Essa proposta de extroversão da ação do Fórum, até então circunscrita à região centro-sul do estado, já estava em andamento, desde 2001, quando foram dados os primeiros passos para a constituição da articulação estadual posteriormente denominada “Jornadas Paranaenses de Agroecologia”. Essa articulação nasce de amplo processo de debate travado essencialmente entre organizações da agricultura familiar e organizações não-governamentais, com destacada participação do Fórum e da AS-PTA.

Concomitantemente, as duas instituições parceiras já se integravam ao processo de construção da Festa Nacional do Milho Crioulo, iniciado por organizações locais do município de Anchieta – SC, em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e algumas entidades regionais de assessoria. Uma outra experiência de articulação regional se desenvolvia também através da cooperação com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), na implementação do programa “Terra Solidária” de formação de agricultores e agricultoras jovens e adultos em agroecologia, em regime de alternância.

Em setembro de 2002, realiza-se o III Congresso da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná, sob o tema: “A importância da organização para a Agricultura Familiar”, com a participação de 340 delegados e delegadas, representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Mulheres Agricultoras e Jovens Rurais. A carta de deliberações do Congresso confirmou o compromisso de dar prosseguimento à promoção da agricultura familiar ecológica na região; avançar na constituição de empreendimentos econômicos voltados para o beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos; alavancar a organização das mulheres agricultoras e seguir avançando na organização da juventude rural. Além dos objetivos de dar continuidade e intensificar as dinâmicas de promoção da experimentação agroecológica no centro-sul do Paraná, o Congresso reiterou a proposta de articular essas dinâmicas com outros processos de inovação em curso no estado, através das

Jornadas de Agroecologia, e também na região sul do país de forma a favorecer novas interações para o aprendizado mútuo e o fortalecimento da capacidade propositiva e de influência política do movimento agroecológico na região.

Um salto de qualidade a destacar no III Congresso foi a eleição da nova Coordenação do Fórum, composta por 3 representantes de cada um dos seus setores organizativos: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Organizações das Mulheres Agricultoras e dos Jovens Rurais. Com essa forma de representação equilibrada, superou-se o estágio anterior (1995 – 2002) de larga predominância da participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Coordenação.

A capacidade articuladora e de promoção de interatividades no campo técnico e sócio-político entre as organizações da agricultura familiar, sobretudo no nível estadual, deu passos expressivos ao longo do triênio.

Com a realização do primeiro Encontro das Jornadas Paranaenses, já em 2002, a articulação estadual se estruturou, colocando a luta contra a liberação do cultivo comercial dos transgênicos de forma permanente na pauta política estadual. No II Encontro Estadual das Jornadas (maio de 2003, 4.000 participantes), o evento foi encerrado com um protesto e destruição e queima de 4 hectares de milho transgênico numa área de pesquisa da transnacional Monsanto. A área voltou a ser ocupada, em seguida, por um grupo de famílias de forma permanente, dando origem ao Centro Chico Mendes de Conservação da Agrobiodiversidade, Melhoramento Genético de Variedades Crioulas e Formação em Agroecologia.

O III Encontro Estadual (maio de 2004, 5.000 participantes), organizou-se em torno ao tema “Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”. Iniciado com a distribuição de 10 toneladas de sementes crioulas de diferentes espécies cultivadas no Centro Chico Mendes, o Encontro lançou as bases de organização de um amplo programa popular de conservação de variedades crioulas no Paraná.

Além de ações regionais, as Jornadas de Agroecologia têm desempenhado ativo papel na Campanha nacional contra os transgênicos. Cabe destacar a ativa participação na organização do Tribunal Popular e Internacional dos Transgênicos, realizado em junho de 2004, em Porto Alegre, e, sobretudo, a iniciativa da lei “Paraná Livre de Transgênicos”, referida neste documento no item correspondente ao Programa de Políticas Públicas.

A participação da AS-PTA nas Jornadas tem igualmente favorecido o estabelecimento de parcerias voltadas à promoção da agroecologia, destacando-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-Sul. Em ambos os casos, a demanda direcionou-se para assessoria às escolas de formação técnica de agricultores e agricultoras em agroecologia. Outra demanda no mesmo sentido foi formulada pelo Movimento das Mulheres Camponesas.

Ainda no quadro das novas articulações regionais, a AS-PTA, em conjunto com o Fórum Regional, estabeleceu parceria com a CPT para a realização da 17ª Romaria da Terra do Paraná, motivada pelo tema da Juventude Rural (2002), e da 19ª Romaria, com o tema: “Creio na semente: promessa de Deus e patrimônio da Gente” (2004), com a participação de 25.000 e 15.000 romeiros e romeiras, respectivamente.

Em 2003, a AS-PTA também em conjunto com o Fórum Regional, efetivou-se como membro da comissão organizadora da II Festa Nacional do Milho Crioulo. A Festa foi realizada em abril de 2004, com aproximadamente 30.000 participantes, sendo que as organizações do centro-sul do Paraná mobilizaram 370 participantes, e pela segunda vez, apresentaram a maior diversidade de espécies e de variedades crioulas do evento. A iniciativa sinaliza para a constituição, no quadro das atividades da ANA, de uma ampla rede nacional de organizações que trabalham com agroecologia e conservação e uso sustentado da agrobiodiversidade.

No plano sócio-organizativo, cabe destacar os avanços alcançados pelas mulheres e pelos jovens rurais da região centro-sul na definição de programas de trabalho e formas próprias de organização, através dos quais vão aparecendo na cena regional como agentes ativos de redes de inovação, tanto na dimensão técnica como organizativa.

A AS-PTA tem assessorado política e metodologicamente e apoiado logisticamente os processos organizativos desses dois setores nos níveis comunitário e regional. As mulheres deram início a ações de organização comunitária a partir de quatro municípios, trabalhando temas como segurança alimentar, artesanato, beneficiamento doméstico de alimentos, saúde da mulher e bioenergética. Com os avanços alcançados, passaram a motivar ações em novos municípios e a incorporar o tema da agroecologia de forma mais consistente, dando início à realização de eventos e intercâmbios locais e regionais. Realizaram igualmente a primeira plenária regional das mulheres no Centro Chico Mendes, com representantes de 13 municípios. Ao mesmo tempo, foi constituída uma parceria tripartite de longo prazo entre a AS-PTA, o núcleo regional das mulheres e a Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais (que, após seu Congresso Nacional – 2004, passou a denominar-se MMC – Movimento das Mulheres Camponesas) para realização um programa conjunto de formação e de aprendizado mútuo sobre práticas agroecológicas.

Os jovens rurais, por seu lado, deram início a um processo de formação a partir de “Rodadas Culturais”, organizadas em três micro-regiões, com a participação de 700 jovens organizados em grupos comunitários em 19 municípios. São trabalhados prioritariamente os temas da organização da juventude, da educação do campo, e da agroecologia. A ação que os jovens têm desenvolvido junto à juventude rural, no interior das famílias e nas comunidades mostra que eles estão sendo chamados a desempenhar um papel de crescente importância na região como promotores da inovação agroecológica e como valorizadores de identidades da Agricultura Familiar.

No plano técnico, o Programa Local manteve-se estimulando e assessorando as redes locais de experimentação e de inovação agroecológica. Cabe destaque para duas redes que tiveram efetivo dinamismo: a primeira, na área do manejo sustentado da agrobiodiversidade; a segunda, de manejo ecológico de solos.

O grupo regional dos experimentadores de agrobiodiversidade foi o que alcançou maiores avanços, tanto no plano técnico como sócio-organizativo. No plano técnico, o principal avanço deu-se no quadro da parceria estabelecida, desde 1999, com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), através da qual uma equipe de pesquisadores tem assessorado a implementação de um programa de melhoramento de variedades de milho crioulo. O programa conta, desde 2003, dentro das instalações da Universidade, com um Laboratório de Melhoramento Genético e o Banco de Germoplasma Crioulo Paulo Rochinski (homenagem a um experimentador já falecido),

onde estão armazenadas amostras das variedades crioulas manejadas pelos experimentadores. O grupo de experimentadores teve forte crescimento, tendo atualmente a participação de 120 agricultores e agricultoras. Os experimentadores alcançaram um alto grau de apropriação de conhecimentos sobre o manejo da agrobiodiversidade e grande autonomia na disseminação das redes de inovação, que atualmente atingem diretamente 3.500 famílias que produzem e experimentam suas próprias sementes em 19 municípios da região centro-sul. Em 2004, cada grupo municipal elegeu um representante, constituindo uma coordenação regional, incumbida de tornar a articulação regional mais efetiva e de monitorar o programa com maior assiduidade. Outro campo de ação importante do programa foi a consolidação das feiras de sementes, que se transformaram progressivamente em amplas redes sociais de resgate, troca de conhecimentos, conservação e uso da agrobiodiversidade regional. Iniciadas em 1999, as feiras municipais e regionais são atualmente realizadas a cada ano e mobilizam milhares de famílias agricultoras (14.000 pessoas aproximadamente em 2003). Com a participação nas Jornadas de Agroecologia, o grupo de experimentadores assumiu a organização das Feiras Estaduais de Sementes Crioulas, motivando a disseminação da iniciativa a vários municípios e regiões do Paraná, ao mesmo tempo em que cria as condições para a emergência de uma rede estadual de conservacionistas de variedades crioulas.

As atividades relacionadas ao manejo ecológico de solos serviram de base para reativar a aproximação entre a AS-PTA, o Fórum (através do grupo de experimentadores) e o setor da pesquisa científica. Foi estabelecida uma parceria com o Iapar e a Embrapa – Agrobiologia visando ao compartilhamento de um esforço de desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento da sustentabilidade ecológica dos sistemas familiares em transição para a agroecologia. Foi constituída coletivamente uma agenda de experimentação participativa, incorporando temas propostos pelo grupo de experimentadores a partir de suas próprias experiências e necessidades de aprofundamento. Esses temas envolvem a construção de indicadores biológicos de qualidade do solo, a adoção de pós de rocha locais nos sistemas de cultivo e o manejo de plantas espontâneas visando à eliminação do uso de herbicidas.

Nos meses de março e abril de 2004, foram instaladas as primeiras áreas de experimentação junto a 8 famílias, distribuídas em 7 municípios. A pesquisa, que será apoiada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica e Tecnologia (CNPq), a partir de 2005, recoloca nas pautas de trabalho no centro-sul do Paraná o desafio de mediar e facilitar a construção de relações de produção e gestão de conhecimento entre a pesquisa acadêmica e as famílias agricultoras nas comunidades.

A crescente produção de alimentos ecológicos passou a colocar na agenda das famílias agricultoras e da AS-PTA a questão do acesso aos mercados, através da constituição e gestão de empreendimentos associativos autônomos para o beneficiamento e comercialização dos produtos, segundo os princípios do mercado solidário. As demandas de assessoria sobre o tema implicaram para a AS-PTA a criação de um programa específico de gestão destinado a apoiar as famílias a enfrentar as necessidades emergentes a partir da implementação dos primeiros empreendimentos. Os avanços mais significativos vêm se concretizando com a Associação das Famílias Ecologistas do Iratinzinho - Afeira, que agrega famílias que promovem o manejo sustentado da Floresta de Araucária, com produção de erva-mate ecológica. Essas famílias têm participado de forma intensiva em processos de formação para a gestão do empreendimento, e já deram início à comercialização da erva-mate no mercado regional com a marca “Sombra dos Pinheirais”. Outra iniciativa

voltada para a melhoria das condições de acesso aos mercados vem sendo desenvolvida com um consórcio de cinco organizações comunitárias que gerenciam a implementação de um empreendimento para o beneficiamento e comercialização de grãos ecológicos associados à conservação e uso sustentável de variedades crioulas. Com a marca comercial “Alimento Sagrado”, a unidade de beneficiamento passou a operar com pequenos volumes de feijão na safra 2004, dando os primeiros passos em direção ao mercado. O grupo alcançou formular um Plano de Negócios consistente e realista. Mas apresenta ainda insuficiências institucionais e de capacidade de gestão, que necessariamente terão que ser superadas com a intensificação do programa de formação, no qual o aprendizado com outras experiências tem um papel substancial. No âmbito desse programa, apresenta-se ainda a necessidade de se promoverem múltiplas formas de articulação e parceria entre outras iniciativas comerciais da região, associadas, sobretudo à inclusão dos grupos de famílias que promovem a comercialização em feiras livres, viabilizando a constituição de um sistema integrado regional de comercialização de alimentos ecológicos, e sua participação conjunta na Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação Participativa, que agrega ampla base de organizações de famílias ecologistas e de consumidores no sul do país. O programa voltará ainda para o monitoramento dos impactos da agregação de renda no interior das famílias, visando a conhecer as mudanças ocorridas na qualidade de vida e no acesso a novos benefícios.

Finalmente, cabe assinalar a realização de dois estudos visando à qualificação técnico-econômica e política do trabalho regional, tanto no nível comunitário como dos debates mais amplos voltados para a influência sobre orientações das políticas públicas: o monitoramento do impacto econômico das inovações agroecológicas nos sistemas familiares e o estudo sobre o impacto das políticas públicas na configuração atual da agricultura familiar na região. Ambos os estudos, referidos em outras partes deste documento, não tiveram condições de serem plenamente valorizados no período como instrumentos de formação e debate político.

2. Objetivos específicos para o Trienal 2005-2007

- Promover e apoiar ações voltadas para o fortalecimento das capacidades política, metodológica, técnica e de gestão organizativa do Fórum Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-sul do Paraná, de forma que ele restaure e consolide sua vocação de articulador regional das organizações da Agricultura Familiar e de interlocutor das instâncias públicas na promoção de agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável.
- Assessorar as organizações dos agricultores e agricultoras familiares e dos jovens rurais nas suas ações nos campos técnico-produtivo e político-organizativo direcionadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável.
- Dar continuidade (e redinamizar quando for o caso) aos programas regionais de formação de agricultoras e agricultores em agroecologia.
- Sistematizar e divulgar os resultados técnicos e metodológicos alcançados nos processos de experimentação participativa através de procedimentos apropriados para diferentes públicos.
- Fortalecer e apoiar a diversificação de iniciativas de produção, agroindustrialização e comercialização pelos grupos de famílias no âmbito regional.

- Constituir no nível regional um fundo rotativo, de gestão partilhada entre a AS-PTA e as organizações dos agricultores, voltado para o incremento das redes locais de experimentação agroecológica.
- Dar continuidade aos estudos de monitoramento econômico e ecológico de sistemas familiares em transição para a agroecologia, bem como aos estudos sobre os impactos de políticas públicas para a sustentabilidade da agricultura familiar, com vistas a subsidiar as organizações comunitárias e do Fórum na gestão dos sistemas produtivos e dos empreendimentos econômicos, bem como na formulação de demandas e propostas de políticas públicas para a agricultura familiar ecológica.
- Realizar estudos de caso sobre o impacto das práticas agroecológicas na equidade das relações de gênero na agricultura familiar.
- Fortalecer as ações de promoção da saúde das famílias rurais, incrementando a segurança alimentar e o uso dos recursos fitoterápicos no tratamento das moléstias.
- Consolidar parcerias com as instituições de pesquisa e ensino em particular, a Embrapa, Iapar e UEL.
- Fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação em rede com organizações promotoras da agricultura familiar ecológica no estado do Paraná, especialmente através das Jornadas de Agroecologia.

3. Linhas de ação e metas

Desenvolvimento Regional Sustentado

- Assessorar os grupos de experimentadores e associações comunitárias, os grupos de mulheres agricultoras e jovens, as organizações sindicais e o Fórum regional, em seu conjunto, em ações político-organizativas e técnico-produtivas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentado. **Metas:** implementar junto aos coletivos de organização das mulheres agricultoras, dos jovens, do consórcio “Alimento Sagrado”, e associações comunitárias, dos sindicatos de trabalhadores rurais, dos grupos de experimentadores e do Fórum, processo organizado de formação e assessoramento sobre princípios, objetivos e instrumentos de organização e gestão institucional, orientado para o fortalecimento da sustentabilidade das organizações individualmente e do Fórum, como expressão da articulação do conjunto.
- Promover estudos e debates sobre políticas de financiamento favorecedoras da conversão ecológica dos sistemas agrícolas familiares na região. **Metas:** estudos de caso sobre o acesso a crédito do Pronaf – agroecologia (ver Programa de Políticas Públicas); promover debates e ações de apoio à criação e implementação de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento Rural Sustentado.
- Consolidar institucionalmente as relações de parceria com instituições de pesquisa. **Meta:** consolidar as parcerias com a UEL -Universidade Estadual de Londrina, Iapar – Instituto Agrônomo do Paraná e Embrapa – Agrobiologia.

- Redinamizar o programa regional de formação de agricultores e agricultoras, com ênfase na formação de redes locais de experimentadores, nos temas do Desenvolvimento Rural Sustentado, Manejo Ecológico de Solos, Manejo Sustentado da Floresta de Araucária e Manejo da Agrobiodiversidade. **Metas:** mobilizar, pelo menos, 350 experimentadores e consolidar a participação de, pelo menos, 5.000 famílias da região em redes de formação e experimentação agroecológica.
- Apoiar e assessorar a formação de jovens rurais nos temas da organização, educação e agroecologia. **Metas:** formação de 300 jovens através das Rodadas culturais; apoiar a constituição de um grupo de estudo com 50 jovens lideranças comunitárias para aprofundar conhecimentos relacionados a sua organização e ação política e técnica; assessorar a estruturação de um calendário anual de ações da juventude na região e apoiar sua implementação; apoiar a realização do 2º Congresso da Juventude Rural do Centro-Sul do Paraná; editar anualmente, a cada ciclo das Rodadas culturais, uma publicação de apoio à formação de jovens.
- Apoiar a formulação e implementação de um programa regional específico de formação de mulheres agricultoras em temas técnicos e sócio-políticos. **Metas:** formação de 50 mulheres agricultoras, com papel de liderança nas comunidades e no nível regional; promover processos de formação junto a grupos comunitários em 10 municípios, alcançando a participação de pelo menos 1000 mulheres; realizar anualmente os encontros municipais de mulheres agricultoras em 5 municípios nos dois primeiros anos, e 10 municípios no terceiro ano, alcançando a participação de pelo menos 3.000 mulheres; editar anualmente uma publicação de apoio à formação das mulheres; editar 2 “vídeos” processo registrando experiências exitosas de grupos de mulheres.
- Assessorar a implementação de uma política de comunicação social articulada regionalmente, com base nos canais informais e formais e nos recursos materiais e financeiros já disponíveis nas comunidades e municípios. **Metas:** formar 30 dirigentes sindicais e de associações para melhor produzirem os programas de rádio e publicações institucionais; formar 30 jovens em comunicação e expressão, para atuarem na sistematização escrita, vídeo, fotografia, teatro, para divulgar por múltiplas formas as experiências implementadas na região; montar 2 exposições itinerantes de fotos, mostras de vídeo e teatro, em eventos fora da região.
- Dar prosseguimento à implementação das campanhas de formação da consciência ecológica e esclarecimento à população da região sobre os temas dos agrotóxicos e plantas transgênicas. **Metas:** impulsionar a aprovação de leis municipais de restrição aos agrotóxicos e às plantas transgênicas na região; publicar uma cartilha e um boletim sobre agrotóxicos; publicar uma cartilha sobre plantas transgênicas.
- Dar continuidade e intensificar a articulação das dinâmicas regionais com as organizações promotoras da agricultura familiar ecológica no estado do Paraná e no nível nacional. **Metas:** no Paraná, fortalecer as Jornadas Paranaenses de Agroecologia; no nível nacional, a ANA.

Manejo Ecológico de Solos

- Avançar na definição de indicadores para o monitoramento da sustentabilidade ecológica atualmente em curso. **Meta:** consolidar parcerias com o IAPAR e Embrapa.

- Incrementar as atividades dos grupos de experimentação participativa, com as seguintes ênfases:
 - Recuperação de áreas degradadas. **Meta:** 15 unidades de experimentação.
 - Manejo da fertilidade. **Metas:** 100 unidades de experimentação, compreendendo as seguintes técnicas: sub-dosagem de calcário, fosfato natural, pó de basalto e o uso de adubos verdes de inverno e de verão; manejo das plantas espontâneas e palhada dos cultivos.
 - Plantio direto ecológico. **Meta:** 20 unidades de experimentação.
 - Disseminação das atividades e resultados. **Metas:** publicar anualmente um folheto sobre adubos verdes de inverno e outro sobre adubos verdes de verão; publicar um boletim sobre manejo ecológico de solos; publicar uma cartilha sobre manejo ecológico de solos e outra sobre adubos verdes de inverno e de verão, todos com base em experiências dos experimentadores.
 - Promover o fomento e ampliação do número de campos de produção de sementes de adubos verdes. **Metas:** trabalhar com pelo menos 25 espécies.

Manejo sustentado da agrobiodiversidade

- Aperfeiçoar o sistema de resgate, conservação e multiplicação de variedades crioulas. **Metas:** ampliar a adoção do mapa da biodiversidade como método de diagnóstico e monitoramento da agrobiodiversidade nas comunidades; aperfeiçoar o sistema de beneficiamento e armazenagem de sementes nos níveis familiar e comunitário, associados ao banco de germoplasma implantado na UEL; publicar o fichário das variedades resgatadas, disponibilizando acesso a todos os grupos participantes do programa; resgatar e avaliar 10 novas variedades de milho e 10 de feijão, 20 variedades de mandioca, 15 variedades de arroz e 5 variedades de batata; fomentar a produção de 300 toneladas de sementes de milho, de pelo menos 60 variedades; 200 toneladas de feijão, de pelo menos 40 variedades; 30 toneladas de sementes de arroz de pelo menos 15 variedades; 100 toneladas de sementes de batata, de pelo menos 10 variedades; e 50 toneladas de manivas de mandioca, de pelo menos 15 variedades; intensificar a produção de mudas e de sementes de espécies de cultivos nos quintais, para o auto-consumo familiar, com ênfase para hortaliças e frutíferas.
- Sistematizar as ações na área de manejo da agrobiodiversidade sob os aspectos conceitual, metodológico e técnico-científico. **Metas:** definir com os parceiros – Fórum, coordenação dos grupos de experimentadores e a UEL – o projeto de sistematização; concluir o processo até o final do 2º. ano do triênio; valorizar os resultados com a publicação de um documento de síntese; realização de 1 oficina regional de avaliação e discussão da continuidade do trabalho.
- Promover ampla disseminação dos resultados do programa. **Metas:** publicar anualmente o boletim das sementes; publicar uma cartilha sobre produção de sementes de milho e de feijão e uma sobre produção de sementes de batata; editar 1 vídeo sobre a experiência.

- Apoiar os grupos de famílias na incorporação de técnicas pós-colheita que permitam alcançar melhor qualidade para as sementes e grãos. **Meta:** intensificar a difusão de técnicas de secagem, beneficiamento e armazenagem de sementes e grãos, de eficiência comprovada no processo de experimentação participativa.
- Fomentar a estruturação da rede regional de intercâmbio de variedades crioulas. **Metas:** consolidar a coordenação regional do programa; realizar anualmente as feiras comunitárias, municipais e regionais de sementes crioulas; participar anualmente na organização e implementação das feiras estadual e nacional de sementes crioulas; promover amplo programa de formação de agricultores, agricultoras e jovens nos níveis comunitário, municipal e regional; organizar o debate sobre a viabilidade político-organizativa e técnico-econômica para a constituição de um empreendimento associativo para comercialização de sementes de variedades crioulas.

Manejo sustentado da Floresta de Araucária

- Redinamizar o grupo de experimentadores. **Metas:** articular os experimentadores reorganizando o grupo e sua dinâmica regional, reativando processos de intercâmbio a partir de 15 unidades de experimentação.
- Promover ampla difusão do método de manejo sustentado da floresta de araucária. **Metas:** publicar uma cartilha sobre o método, outra sobre plantas medicinais nativas; publicar 15 boletins com as experiências individuais dos experimentadores.
- Incrementar a participação do componente florestal nos agroecossistemas. **Meta:** identificar, sistematizar e disseminar experiências junto aos grupos de famílias; incluir o tema no programa de formação dos diferentes grupos de experimentadores.
- Estruturar e iniciar a implementação de um programa de formação considerando os seguintes temas. **Metas:**
 - Manejo Sustentado da Floresta de Araucária, para 100 agricultores, agricultoras e jovens rurais; 10 técnicos;
 - Fitoterapia e bioenergética, para 40 agentes;
 - Beneficiamento doméstico de frutos e frutas nativas, para 150 mulheres agricultoras;
 - Artesanato com espécies nativas e exóticas presentes nos agroecossistemas familiares, para 60 agricultores, agricultoras e jovens rurais.
- Fomentar a produção de sementes e mudas de espécies nativas, inclusive fitoterápicas e alimentares. **Meta:** instalar 10 hortos domésticos e comunitários para multiplicação de mudas e sementes.
- Disseminar os resultados do programa. **Metas:** edição de 6 boletins, registrando experiência familiares; edição de três cartilhas, sendo: uma sobre o método de manejo sustentado da floresta; uma sobre a fitoterapia aplicada pelo método bioenergético na região; uma com as experiências de gestão dos empreendimentos econômicos; edição de 1 vídeo apresentando o método de manejo da floresta.
- Organizar visitas de intercâmbio com o grupo de experimentadores. **Metas:** 2, para conhecer experiências similares de manejo agroflorestal; 2, para conhecer

experiências de fitoterapia; 2, para conhecer experiências de gestão de empreendimentos econômicos da agricultura familiar relacionadas com o manejo agroflorestal.

- Promover a conservação da Floresta de Araucária. **Meta:** através das Jornadas de Agroecologia, fortalecer a campanha pela criação de áreas de conservação da Floresta de Araucária e de um fundo estadual público para sua conservação e o uso sustentado.

Segurança Alimentar

- Incrementar a disseminação de cultivos agroecológicos de cereais de inverno. **Meta:** priorizar os cultivos de trigo, centeio, aveia branca e triticale;
- Promover ampla difusão do trabalho de produção agroecológica de alimentos para auto-consumo nos quintais: consolidar o trabalho junto aos grupos de mulheres agricultoras em 10 municípios; incrementar o processo de formação sobre o aproveitamento doméstico de alimentos oriundos da Floresta de Araucária; publicar cartilha sobre manejo ecológico dos quintais; publicar cartilha sobre caldas e adubos caseiros; editar um vídeo.
- Estruturar ações para a produção de pequenos animais. **Metas:** organizar o intercâmbio de pequenos animais e sua criação junto a grupos de mulheres de 10 municípios; promover a formação das mulheres sobre o manejo, alimentação e sanidade dos pequenos animais.

Gestão

- Assessorar a estruturação e implementação de empreendimentos associativos. **Metas:** organizar ciclos de formação sobre viabilidade econômica, elaboração de planos de negócio e gestão associativa, priorizando o consórcio de organizações do empreendimento “Alimento Sagrado” e a Afeira; assessorar os grupos de produção de alimentos ecológicos na implantação de feiras de alimentos ecológicos em 5 municípios; fomentar a participação das organizações econômicas articuladas ao Fórum na Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação Participativa; fundar o Núcleo Regional da Rede Ecovida na região Centro-sul do Paraná; publicar uma cartilha com resultados do estudo de viabilidade econômica na unidade de beneficiamento da erva-mate “Sombra dos Pinheirais”, e outra com os resultados do consórcio “Alimento Sagrado”.
- Dar prosseguimento ao monitoramento da sustentabilidade econômica em sistemas familiares de produção agroecológica. **Metas:** realizar o monitoramento da sustentabilidade econômica de 10 famílias associadas à Afeira e os impactos da distribuição dos benefícios nas famílias; promover a adaptação do método para utilização direta pelas famílias da região; subsidiar as organizações comunitárias nas discussões sobre gestão de sistemas produtivos e de empreendimentos econômicos.

Avaliação e indicadores

A avaliação do projeto dar-se-á em três níveis, a saber:

- Na equipe: sistematicamente a equipe avaliará o andamento do Programa Local em suas reuniões periódicas, e, a cada semestre, nas reuniões do Conselho de Planejamento da AS-PTA;
- Avaliação semestral com grupos de experimentadores, associações, coordenações regionais e sindicatos;
- Avaliação anual com o Fórum Regional.

Os indicadores utilizados para a avaliação do projeto serão os seguintes:

Resultados

- número de famílias que adotaram as práticas agroecológicas propostas nas diferentes linhas técnicas de trabalho;
- diferencial de custos de produção de sistemas agroecológicos em relação ao sistema convencional;
- número de famílias beneficiadas pelos campos de produção de sementes comunitários;
- número de operações de comercialização de produtos agroecológicos e seu resultado econômico;
- número de famílias beneficiadas com os recursos do fundo rotativo;
- número de mulheres agricultoras beneficiadas pelo projeto;
- número de jovens rurais beneficiados pelo projeto;
- número de planos de desenvolvimento comunitário e municipal formulados e implantados.

Participação

- número de participantes (homens e mulheres) nos diferentes eventos e redes de inovação;
- número de agricultores e agricultoras experimentadores e promotores formados.

Atividades

- número, tiragem e amplitude da divulgação dos meios de difusão produzidos;
- número de experimentos implantados;
- número de visitas de intercâmbio e outros eventos de formação realizados;
- relações de parceria efetivadas com centros de pesquisa e universidades, e secretarias municipais da agricultura.

4.2. Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

A agricultura praticada no interior das cidades vem sendo tema de reflexão mais sistemática por parte da AS-PTA desde outubro de 1999, quando se iniciou o projeto de “*Agricultura Urbana no Município do Rio de Janeiro*”. Inicialmente, através de uma parceria com o Instituto Metodista Ana Gonzaga (IMAG), o trabalho esteve pautado no apoio ao seu Centro Ecológico (Cemag) e em visitas de sensibilização e conhecimento às comunidades do entorno. A partir destas visitas foram sendo realizadas as primeiras parcerias e atividades conjuntas, focando o desenvolvimento comunitário com um recorte em quatro comunidades, conforme proposto no triênio passado (2002-2004).

1. Balanço do Trienal 2002-2004

O projeto começou a tomar organicidade a partir da elaboração do Plano Trienal 2002 – 2004. Esse período foi marcado pela expansão e dinamização das iniciativas na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Essa expansão reflete, por um lado, amadurecimento e qualificação, tanto teórica quanto metodológica, da discussão sobre o tema da agricultura urbana na AS-PTA e, por outro, uma maior ancoragem na região, principalmente através das parcerias com movimentos e organizações sociais atuantes localmente. A expansão é verificada, por exemplo, na ampliação do público participante nas dinâmicas proporcionadas pelo projeto, que não mais se restringe a quatro comunidades. Atualmente, a AS-PTA tem interação mais estruturada com organizações locais em 17 comunidades: Nossa Senhora das Graças, Conjunto Campinho e adjacências, Loteamento Ana Gonzaga, Vilar Carioca, Vila Esperança, Nova Cidade, Pina Rangel, Favela das Almas, Conjunto Urucânia, Paciência, Jesuítas, Praia da Brisa, Jardim Guaratiba, Coqueiral, Areia Branca, Nova Sepetiba, Favela do Aço, dentre outras.

No triênio anterior, algumas organizações passaram a incorporar em sua agenda a questão da agricultura nos quintais domésticos. Merece menção especial, nesse sentido, a Pastoral da Criança. A parceria com essa organização, que até 2002 estava restrita à comunidade Vilar Carioca, foi ampliada para 12 paróquias da zona oeste, depois de um período de reflexão com as instâncias de coordenação. A opção pela expansão regional se deu não somente na intenção de um aumento de escala do trabalho, mas principalmente em consequência da orientação estratégica de constituição de uma rede de intercâmbio da Pastoral da Criança na região, através de um fórum de discussões sobre o assunto, o que possibilitou a troca de experiências entre diferentes iniciativas. A ênfase do apoio da AS-PTA está no campo organizacional e metodológico, procurando propor respostas à indagação de como incorporar ao trabalho da Pastoral da Criança em áreas urbanas o incentivo à produção agroalimentar. A perspectiva é que a parceria a nível local seja referência para a reflexão de uma estratégia de âmbito nacional.

Nesses três anos, foi realizado um acompanhamento mais sistemático às ações propostas no Loteamento Ana Gonzaga, na perspectiva de entender a contribuição da agricultura em quintais para o desenvolvimento local. O *Projeto Aprender Fazendo* (PAF), realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acompanhamento diário a crianças e adolescentes, tem sido importante para garantir uma presença constante e uma vivência da AS-PTA nesta comunidade, além de envolver as famílias no debate da agricultura nos quintais e temas afins. Além disso, algumas ações têm permitido uma maior interação da AS-PTA com os parceiros orgânicos locais e com a comunidade como um todo. Podem-se citar como exemplos, o seminário sobre agricultura urbana, o diagnóstico participativo da agricultura em quintais, cursos de plantas medicinais, o acompanhamento a quintais produtivos e o *Projeto Aprendendo em Família*.

Durante o último ano têm começado a se intensificar as trocas de experiências/intercâmbios entre os moradores de diversas comunidades da região, em processos de formação-experimentação-comunicação relacionados à agricultura em quintais. Dois elementos foram fundamentais para desencadear esse processo: a ampliação da parceria com a Pastoral da Criança na região, e a colaboração estabelecida com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, para um curso de capacitação, viabilizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Como uma das expressões da emergência de um ambiente de maior interação entre moradores de diversas comunidades, constituiu-se um banco de sementes, localizado na paróquia Nossa Senhora do Carmo, que tem sido um espaço privilegiado de fomento aos intercâmbios e de promoção da agricultura nos quintais da região. Os processos de formação e intercâmbio estão sempre associados ao aprendizado mútuo com as experiências que, por sua vez, têm sido sistematizadas através de vídeos, apostilas e outras ferramentas.

A temática das plantas medicinais tem estado presente e cada vez é maior o interesse por parte dos atores locais, como a Pastoral da Criança. A principal articulação apoiada pela AS-PTA é a Rede Fitovida de saúde alternativa, que reúne grupos populares de todo o estado do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, tem sido mais constante o apoio aos grupos da região metropolitana da Rede Fitovida, que compreende todo o município do Rio de Janeiro. O trabalho da AS-PTA se baseia no resgate, valorização e intercâmbio dos conhecimentos populares sobre cultivo, manipulação e uso de remédios caseiros de plantas. Ultimamente, a entidade tem sido solicitada constantemente para dar apoio aos processos de formação e troca de experiências entre grupos com interesse no tema.

O amadurecimento das discussões sobre a agricultura urbana na AS-PTA tem permitido sistematizações sobre os processos e as práticas realizadas no âmbito do projeto, o que favorece a irradiação dos princípios teóricos e metodológicos orientadores do trabalho para além da região de abrangência direta do projeto. Dois exemplos concretos do incremento dessa capacidade irradiadora são o vídeo “Agricultura na cidade: experiências de moradores da periferia do Rio de Janeiro” e o artigo “Quintais na cidade”, esse último publicado no número zero da revista “Agriculturas: experiências em agroecologia”. Essas sistematizações são também referências importantes nas discussões com os diversos parceiros com os quais a AS-PTA se relaciona. Nesse mesmo sentido, cabe assinalar o aumento das oportunidades de interação com outros programas e organizações com trabalhos similares. Têm ocorrido diversos seminários e fóruns de articulação sobre agricultura urbana, segurança alimentar etc., dos quais a AS-PTA tem procurado participar. Tem sido crescente o interesse de diversas pessoas, grupos e instituições pelo tema da agricultura urbana, resultando em freqüentes demandas à AS-PTA para assessorar a elaboração e implantação de projetos locais, monografias e teses.

O triênio passado permitiu também avanços na estruturação do projeto, com a definição de uma equipe composta por três técnicos de nível superior e duas estagiárias, que contam com infra-estrutura suficiente. Do ponto de vista institucional, o projeto começou a interagir mais com os demais programas, principalmente na dimensão metodológica, e a contribuir para a reflexão estratégica da AS-PTA como um todo.

A presença mais constante nas comunidades e a dinamização de processos locais voltados à promoção da agricultura nos quintais trazem o desafio de compreender cada vez mais a realidade do meio urbano no qual se insere o projeto. Neste último triênio foram realizados seminários de estudo entre a equipe de trabalho, lideranças locais e profissionais convidados, para aprofundamento em temas como o protagonismo dos agricultores moradores na gestão de projetos e a importância do trabalho com as famílias. Alguns dos temas recorrentes na realidade das comunidades nas quais é desenvolvido o projeto são a presença e poder do tráfico de drogas, a cultura assistencialista e o clientelismo, a fragilidade das organizações sociais e políticas, os

elevados índices de desemprego, a situação de pobreza em que se encontram algumas famílias, a tendência à homogeneização e mercantilização da alimentação e o acelerado processo de urbanização pelo qual passa a região. Essas questões têm interferência nos hábitos alimentares, na agricultura praticada nos quintais e na sociabilidade comunitária como um todo. Surge ainda a necessidade de compreender quais são as agriculturas presentes na cidade do Rio de Janeiro, especialmente na zona oeste, no sentido de qualificar a discussão sobre as melhores estratégias de intervenção nas comunidades de abrangência do projeto. É preciso também avançar na compreensão das funções da agricultura em quintais na vida das famílias, nas dinâmicas comunitárias e no processo de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista metodológico, a realização de diagnósticos participativos, o diálogo e a busca de assessoramento às organizações com atuação nas comunidades e a valorização dos intercâmbios “*morador a morador*” expressaram a concretização de alguns princípios básicos. Nesse sentido, o processo de regionalização tem ampliado as possibilidades de parcerias e propiciado maior riqueza às trocas de experiências, através do estabelecimento de redes de articulação e intercâmbio. Permanece o desafio de cada vez tornar mais ativa essa dinâmica em rede, fomentando o protagonismo dos moradores experimentadores nos processos locais. Além disso, a consolidação das atuais parcerias e a busca interações com outras organizações nas comunidades são questões que devem ser enfrentadas no triênio 2005-07. Por outro lado, é preciso avançar na definição de estratégias que permitam desencadear um processo de intervenção mais localizado, no nível comunitário, com foco principal na promoção da agricultura nos quintais. A regionalização, se por um lado permite incorporar maior diversidade de situações e experiências, pode ser também um fator de dispersão das ações, inibindo processos mais sistemáticos nas comunidades.

Alguns temas são ainda bastante incipientes no projeto, como, por exemplo, o entendimento do potencial e dos métodos de promoção da agricultura nas cidades para a geração de renda para os moradores urbanos. Cabe ainda ressaltar a necessidade de aprofundar discussão das políticas públicas e sua relação com a agricultura nas cidades.

2. Objetivos para o Trienal 2005-2007

Objetivo geral

Fortalecimento dos elos de inserção nas comunidades, estabelecimento regional e dinamização/incentivo à agricultura em quintais na zona oeste do município do Rio de Janeiro, através do resgate, valorização social e potencialização das experiências e capacidades locais de aproveitamento agrícola dos espaços domésticos em comunidades urbanas, gerando experiências em escala e reflexões no campo teórico e metodológico que possam ser referências a outras iniciativas de agricultura urbana em distintos contextos sociais.

Objetivos específicos

- Problematizar, à luz da experiência do projeto, o papel da agricultura em quintais no desenvolvimento de comunidades urbanas pobres;
- Compreensão das questões urbanas que têm relação direta e indireta com a prática da agricultura na cidade e suas possíveis incidências nas políticas públicas;

- Compreensão das dinâmicas das organizações sociais na região e aproximação aos movimentos sociais urbanos combativos e de luta pela moradia;
- Identificação e compreensão das diferentes agriculturas no município do Rio de Janeiro e entendimento do papel da agricultura em quintais nos processos de desenvolvimento das comunidades e da região;
- Conhecimento de iniciativas de geração de renda relacionadas à agricultura nos quintais na região e promoção de práticas agrícolas com esta finalidade;
- Consolidação da interação com os atuais parceiros comunitários, quais sejam, *Centro Comunitário Padre Rafael, Pastoral da Criança, Associações de Moradores das comunidades Loteamento Ana Gonzaga, Vilar Carioca, Vila Esperança, grupos de plantas medicinais da Rede Fitovida* e apoio à formação de novos grupos de interesse;
- Apoio metodológico à Pastoral da Criança no desenvolvimento de ações de incentivo à produção alimentar, em bases agroecológicas, em quintais das famílias mais pobres das comunidades, no âmbito regional e nacional;
- Apoio metodológico e organizacional à Rede Fitovida, de grupos comunitários de trabalho com saúde alternativa, e incentivo à incorporação do aproveitamento de quintais para o cultivo alimentar e de plantas medicinais por esses grupos;
- Desenvolvimento de processos de formação em agricultura urbana que fortaleçam o protagonismo dos agricultores experimentadores a nível regional, envolvendo representantes de diferentes comunidades, e a nível comunitário, nas comunidades Loteamento Ana Gonzaga, Vila Esperança, Nova Sepetiba e Praia da Brisa;
- Dar visibilidade e reconhecimento social ao papel das mulheres na gestão produtiva dos espaços domésticos, e a sua contribuição positiva para a economia, a dieta alimentar e a saúde das famílias, bem como para a gestão equilibrada dos recursos do meio ambiente;
- Acompanhamento e apoio à disseminação de práticas de cultivos em quintais, através, sobretudo, dos intercâmbios *morador a morador*, e incentivo à melhoria do aproveitamento agrícola dos quintais na região;
- Desenvolvimento de um método de monitoramento dos impactos da agricultura em quintais urbanos;
- Apoio à formação política dos moradores e organizações na região e nas comunidades de trabalho;
- Envolvimento das famílias mais pobres das comunidades em iniciativas de aproveitamento agrícola de quintais e aprimoramento de metodologias de trabalho com jovens e adolescentes em agricultura urbana;
- Promoção de trocas de experiências entre o projeto de agricultura urbana no município do Rio de Janeiro e outros programas de agricultura urbana no Brasil e na América Latina e fortalecimento da participação na Rede Aguila (“Rede Latinoamericana de agricultura urbana”);
- Aproximação com instituições de ensino e pesquisa para fortalecimento das capacidades dos agricultores experimentadores em seu processo de aprimoramento do uso agrícola dos quintais;
- Interação com os programas de desenvolvimento local da AS-PTA, com vistas à reflexão sobre as diferentes situações urbano – rural vivenciadas;
- Elaboração de sistematizações dos acúmulos do projeto de agricultura urbana que permitam refletir sobre políticas públicas de promoção da agricultura na cidade.

3. Eixos temáticos / Linhas de ação

Desde o seu início até o ano de 2001, o Projeto de Agricultura Urbana atuou fazendo confluir três eixos temáticos: as plantas medicinais, a segurança alimentar e a

educação ambiental. O amadurecimento das discussões do trabalho tem trazido novas reflexões que apontam para a definição de apenas dois grandes eixos, que incorporam os até então adotados, situando-os numa nova dimensão: as plantas medicinais e a agricultura em quintais.

As plantas medicinais são consideradas um tema de relevância por toda a sua perspectiva de resgate cultural, de diversificação dos cultivos nos quintais, de utilização de remédios caseiros, e do fortalecimento de grupos comunitários que se organizam para enfrentar as situações de precariedade de atendimento à saúde, mas que, indiretamente, lidam também com os problemas de insegurança alimentar e nutricional dos bairros pobres.

O aproveitamento dos quintais para uso agrícola, por sua vez, extrapola, em suas funções, a produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar das famílias envolvidas. Através das práticas agrícolas no meio urbano, reestabelecem-se elos de ligação entre os modos atuais de vida no meio urbano, com o passado, resgatando-se tradições culturais das famílias, seja de cultivo propriamente de alimentos, plantas medicinais, ornamentais ou a criação de animais, seja de alimentação e hábitos alimentares, ou de relação com a natureza e produção de novas sociabilidades.

As linhas de ação são definidas de acordo com as necessidades elementares do projeto e ao mesmo tempo, contribuem para a construção das estratégias, considerando os dois eixos temáticos e orientando as metas propostas. Para o triênio 2005 – 2007, as linhas de ação são as seguintes:

a) Conhecimento da realidade, pesquisa e monitoramento

A necessidade de conhecer as realidades com as quais interage é uma premissa básica do trabalho da AS-PTA. Nesse sentido, têm sido realizados diagnósticos participativos para compreender a dinâmica da agricultura em quintais nas comunidades e para identificar as experiências espontâneas existentes, que se transformam em referências à medida que são valorizadas e potencializadas nos processos locais de formação e experimentação. A AS-PTA investiu fortemente na realização de diagnóstico mais detalhado no Loteamento Ana Gonzaga, no ano de 2002. Vem estimulando também, e em muitos casos apoiando, para que seus parceiros adotem essa metodologia em suas ações. Avalia-se que estão maduras as condições para iniciar um processo mais sistemático de monitoramento, que procure compreender as questões relacionadas ao manejo dos quintais domésticos e os impactos da agricultura em quintais na vida das pessoas envolvidas nas dinâmicas de formação e experimentação. Numa perspectiva mais ampla, sente-se necessidade de conhecer melhor os processos de urbanização da região e as dinâmicas sociais existentes e de avançar na compreensão das diferentes formas de utilização agrícola dos espaços existentes no município do Rio de Janeiro, para entender a relação delas com a realidade da zona oeste e também qualificar o entendimento institucional sobre a temática da agricultura urbana.

b) Formação / experimentação em agricultura urbana

Os processos de formação em agricultura em quintais têm se baseado fortemente no estímulo à experimentação, aos intercâmbios e trocas de experiências morador a morador, cabendo à AS-PTA o papel de estimular tais dinâmicas, introduzindo e/ou facilitando o acesso a conhecimentos técnicos, visando à qualificação dos sistemas

produtivos nos quintais da região. Reuniões, oficinas, cursos e mutirões vêm sendo realizados em parceria com as organizações locais. Cabe destacar dois pontos principais: o investimento que vem sendo feito na formação de líderes da Pastoral da Criança sobre o aproveitamento agrícola dos quintais domésticos, e os momentos de formação / intercâmbio específicos para trabalhar a temática das plantas medicinais. Cada vez mais tem-se discutido na região o papel protagonista dos agricultores experimentadores urbanos nos processos de formação-experimentação-comunicação. Também faz parte do incentivo à agricultura em quintais na região, em alguns casos, o fomento material inicial, face ao grau de pobreza em que se encontram algumas famílias.

c) Apoio às organizações locais

A AS-PTA tem interagido com um número bastante amplo de organizações sociais, governamentais, não-governamentais e comunitárias, formais e informais. A grande maioria delas não tem inscrita em suas agendas a questão da agricultura urbana. Essas organizações podem ser fortes impulsionadoras de dinâmicas locais de agricultura em quintais, mas se ressentem de grande fragilidade tanto política como metodológica e técnica. A AS-PTA tem apoiado e fortalecerá seu apoio a essas organizações nesses campos. Deve-se ter presente também a possibilidade do surgimento de novos grupos nas comunidades, interessados no tema da agricultura nos quintais e articulados com o fim de discutir essa questão, que também devem ser estimulados pela entidade.

d) Sistematização / comunicação das experiências

O processo de sistematização/comunicação tem feito parte das dinâmicas de experimentação e formação dos agricultores experimentadores urbanos. Se por um lado, as sistematizações das iniciativas de aproveitamento agrícola de quintais de moradores da região alimentam as trocas de experiências, cursos e intercâmbios, por outro, os processos de formação e experimentação retroalimentam os sistemas de comunicação. A ferramenta de comunicação mais significativa produzida no triênio passado foi o vídeo, realizado em 2.003. Tem-se avançado na elaboração de sistematizações sobre determinadas experiências de moradores das comunidades, nas chamadas "fichas de experiência". Algumas apostilas e cartilhas estão sendo elaboradas também na perspectiva de auxiliar as ações de formação e experimentação. Outro aspecto é a sistematização dos acúmulos, principalmente metodológicos, para debates junto a outras organizações e pessoas interessadas, que não as organizações locais diretamente envolvidas no projeto.

e) Articulação com outras experiências

A articulação com outras experiências tem se dado principalmente pela participação em fóruns de debate relacionados ao tema da agricultura urbana. A AS-PTA tem tido maior interação com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, organização não governamental que desenvolve trabalho de agricultura urbana em Belo Horizonte, Minas Gerais. Algumas outras experiências têm servido de referência à reflexão teórica e metodológica da AS-PTA, como é o caso das iniciativas realizadas em Cuba, na Argentina, no Chile, dentre outras. Essas articulações serão intensificadas no próximo triênio, e, da mesma forma, em relação aos programas locais da AS-PTA, na Paraíba e no Paraná.

4. Metas

a) Conhecimento da realidade, pesquisa e monitoramento

- Realização de mesa redonda sobre urbanização da zona oeste do município do Rio de Janeiro, envolvendo 50 participantes, entre lideranças comunitárias, estudiosos e entidades atuantes na região;
- Realização de 1 diagnóstico sobre agriculturas no município do Rio de Janeiro;
- Realização de pelo menos 2 diagnósticos participativos em comunidades da região que estejam iniciando trabalho com agricultura em quintais articulado por organizações e movimentos locais;
- Implantação de um sistema de acompanhamento e monitoramento do uso agrícola dos quintais urbanos na região, em parceria com órgãos de pesquisa, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Agrobiologia e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), com uma abrangência inicial de 15 quintais.

b) Formação / experimentação em agricultura urbana

- Realização de 1 reunião mensal com 20 líderes da Pastoral da Criança (12 paróquias) para a implantação do projeto piloto de aproveitamento de quintais;
- Assessoria técnica (2 visitas mensais) e metodológica à implantação de hortas em quintais urbanos das famílias atendidas pela Pastoral da Criança (número variado de famílias por paróquia, em 12 paróquias);
- Realização de 3 cursos sobre remédios caseiros para líderes da Pastoral da Criança, baseados em metodologias de resgate do saber popular na área do manejo e uso das plantas medicinais. Área de abrangência: áreas 1, 2 e 3 do Vicariato Oeste, aproximadamente 10 paróquias por curso;
- Realização de um programa de visitas (1 a cada dois meses), encontros (1 por semestre), reuniões (pelo menos 1 a cada três meses), seminários (1 por ano), envolvendo 60 moradores do Loteamento Ana Gonzaga, culminando com o 2º seminário de agricultura em quintais da comunidade;
- Promoção de 2 visitas de intercâmbio entre agricultores moradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras cidades, envolvendo cerca de 20 moradores da zona oeste do Rio de Janeiro;
- Realização de oficina permanente de hortas (semanal) com grupo de 15 crianças e adolescentes do Loteamento Ana Gonzaga;
- Apoio à realização de 2 encontros anuais de capacitação para grupos de plantas medicinais da região metropolitana da Rede Fitovida;
- Promoção de 2 visitas anuais de intercâmbio entre moradores das comunidades articuladas no Banco de Sementes Comunitário, envolvendo diretamente 40 pessoas;
- Realização de 2 oficinas anuais sobre temas trabalhados direta ou indiretamente pelo Banco Comunitário de Sementes, abrangendo 60 pessoas;
- Apoio à realização de 3 mutirões comunitários anuais de uso e manejo agrícola de quintais, com o envolvimento de aproximadamente 40 pessoas;
- Realização de 2 encontros comunitários anuais sobre alimentação e saúde, com a participação direta de 40 pessoas;
- Acompanhamento e apoio à melhoria dos sistemas produtivos de 15 quintais do Loteamento Ana Gonzaga;

- Apoio à formação de pelo menos 3 hortos de plantas medicinais em postos de saúde da zona oeste, em interação com as coordenações dos postos, agentes comunitárias de saúde e secretaria de saúde do município do Rio de Janeiro;
- Implantação de 2 experiências-piloto de unidades produtivas que tenham como objetivo principal a geração de renda;
- Promoção de dinâmicas de interação (visitas e dias de campo – 1 a cada 3 meses) entre cerca de 20 agricultores experimentadores da zona oeste;
- Apoio material para a experimentação de sistemas de manejo agroecológico em 20 quintais na região.

c) Apoio às organizações locais

- Realização de reuniões (2 por ano), promoção de seminários (1 por ano), no conjunto da Rede comunitária local do Loteamento Ana Gonzaga, composta por organizações comunitárias (Associação de Moradores, Grupo de mulheres, representantes de quadras), representantes do poder público (agentes comunitárias de saúde e de participação comunitária, Secretaria Municipal de Assistência Social) e organizações não governamentais (Núcleo de atenção à violência-NAV), visando o seu fortalecimento e a formação política dos seus membros e organizações, envolvendo diretamente 15 pessoas
- Apoio metodológico, através da realização de 3 reuniões anuais, para incorporação do incentivo ao cultivo em quintais, às agentes comunitárias de saúde dos postos de saúde das comunidades Loteamento Ana Gonzaga e Nova Sepetiba;
- Participação na construção e realização de dois encontros estaduais da Rede Fitovida;
- Apoio à realização de 6 visitas anuais dos grupos da região metropolitana da Rede Fitovida;
- Apoio à formação de novos grupos comunitários de trabalhos com plantas medicinais na zona oeste;
- Realização de reuniões trimestrais de apoio ao grupo gestor do Banco de Sementes Comunitário localizado na Paróquia Nossa Senhora do Carmo;
- Apoio à constituição de 2 pequenos bancos de sementes comunitários em diferentes comunidades da região.

d) Sistematização/comunicação das experiências

- Realização de 2 seminários de discussão com a coordenação nacional e coordenações regionais da Pastoral da Criança sobre a expansão do projeto piloto de aproveitamento agrícola de quintais urbanos, para todo o território nacional;
- Publicação de uma cartilha enfocando o trabalho da Pastoral da Criança de estímulo ao aproveitamento agrícola de quintais urbanos para produção de alimentos;
- Edição de um vídeo ressaltando a dimensão metodológica da proposta de incorporação o cultivo dos quintais estimulada pela Pastoral da Criança, em doze comunidades da zona oeste;
- Elaboração de 10 fichas de experiências anuais, explicitando práticas de cultivo dos agricultores moradores da cidade;

e) Articulação com outras experiências

- Realização de 6 visitas a programas de agricultura urbana em outros estados do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, entre outros), para troca de experiências e discussão de programas de intercâmbio;
- Realização de 2 visitas a programas de agricultura urbana em outros países da América Latina (Cuba, Chile ou Argentina);
- Realização de 2 oficinas internas na AS-PTA para troca de experiências do projeto de Agricultura Urbana com os Programas Locais da Paraíba e Paraná;

5. Meios de verificação

O processo de avaliação/monitoramento do Projeto de Agricultura Urbana se dará em três níveis:

- da equipe técnica do projeto, que realiza reuniões mensais com tal finalidade;
- da equipe técnica com a participação de outros técnicos da AS-PTA, a cada três meses, em reuniões consultivas;
- junto aos grupos comunitários ou com ação comunitária na região de atuação, com periodicidade variada de acordo com os parceiros, a saber: Coordenação Nacional da Pastoral da Criança – trimestralmente; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Embrapa Agrobiologia e Secretarias de governo – de acordo com o sub-projeto; Associações de moradores e outros grupos comunitários – pelo menos uma vez ao ano, para monitoramento institucional e, de acordo com a necessidade, para ações pontuais.

Os seguintes indicadores serão considerados para avaliação/monitoramento:

- número de famílias que apresentaram melhoria nas condições de vida (segurança alimentar, variedade da dieta, cultivo e uso de plantas medicinais, estética do quintal) devido às ações desenvolvidas no projeto;
- número de quintais domésticos e iniciativas comunitárias implantadas e/ou acompanhadas na região;
- número de famílias que aperfeiçoaram suas práticas de cultivo doméstico;
- número de agricultores(as) promotores(as) envolvidos(as) nas atividades do projeto;
- relações de parcerias consolidadas no período;
- número de mulheres envolvidas nas atividades do projeto;
- número de crianças e adolescentes envolvidos nas ações do projeto;
- nível de interesse no tema da agricultura na cidade e participação efetiva dos atores nas comunidades da região em dinâmicas do projeto;
- número de eventos de capacitação realizados e número de participantes (homens e mulheres);
- alcance da distribuição dos materiais de sistematização produzidos;
- número de visitas a outros programas de agricultura urbana realizados e número de participantes;
- número de visitas de intercâmbio morador a morador realizadas.

4.3. Programas Transversais

4.3.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico

1. Balanço do Trienal 2002-2004

Desde a fundação da AS-PTA, o Programa de Desenvolvimento Metodológico cumpre um papel essencial em sua estratégia institucional. O objeto do Programa está relacionado à crítica formulada pela entidade aos métodos convencionais de desenvolvimento rural implementados por instituições oficiais. Sendo métodos desenvolvidos para a disseminação do paradigma científico-tecnológico da Revolução Verde, reservam às famílias e comunidades da agricultura familiar o papel de passivos receptores das inovações técnicas produzidas por empresas de pesquisa públicas e privadas.

Segundo a concepção metodológica empregada pela entidade, a transição agroecológica dos sistemas produtivos familiares não se processa com base na disseminação em larga escala de pacotes tecnológicos alternativos, mas é decorrente de dinâmicas locais de inovação que mobilizam agricultores e agricultoras em torno a atividades de experimentação e de intercâmbio voltadas para a busca de soluções técnicas e sócio-organizativas ajustadas aos problemas específicos vivenciados em seus contextos socioambientais. Nessa ordem de idéias, à profunda crítica ao paradigma científico-tecnológico adotado pelos programas oficiais, a AS-PTA associa uma crítica igualmente profunda aos sistemas convencionais de produção e disseminação de conhecimentos e tecnologias agrícolas.

Esse vínculo entre a natureza das tecnologias e seus processos de produção e disseminação, tem forte incidência na estratégia institucional uma vez que trabalha com a convicção de que a promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas, objetivo maior da instituição, só se processará mediante modificações significativas nos métodos de pesquisa e extensão empregados pelas instituições que atuam no campo do desenvolvimento rural.

Diante desse desafio, o Programa de Desenvolvimento Metodológico se estruturou para atuar de forma simultânea em dois campos:

- a) Desenvolver e/ou adaptar referenciais metodológicos orientados para a mobilização de agricultores e agricultoras e suas organizações em torno a dinâmicas locais de inovação agroecológica. Os programas locais são, nesse campo, os espaços por excelência para a experimentação e a sistematização de métodos inovadores passíveis de serem replicados para outros contextos.
- b) Promover referências metodológicas desenvolvidas e/ou adaptadas em meio a organizações da sociedade civil e instituições do estado que já orientam suas ações segundo o paradigma agroecológico. Nesse campo, o Programa de Métodos mantém estreita sintonia com o Programa de Políticas Públicas cuja função precípua é a de influenciar as orientações e as concepções de programas e instituições públicas atuantes na área do desenvolvimento rural.

As ações empreendidas pelo Programa no triênio 2002-2004 estiveram alinhadas com essas diretrizes gerais. No que se refere propriamente ao desenvolvimento e sistematização de métodos, avanços importantes foram alcançados no período no tema da sistematização de experiências agroecológicas, no tema do monitoramento de

impactos de inovações agroecológicas nos sistemas produtivos da agricultura familiar e na sistematização da abordagem metodológica para o manejo sustentável da agrobiodiversidade.

Promover processos eficientes de sistematização de experiências inovadoras desenvolvidas por agricultores e agricultoras foi sempre um grande desafio assumido pelas organizações atuantes no campo agroecológico. Como as dinâmicas locais de inovação são constituídas com base em redes horizontais de agricultores-experimentadores, a sistematização das experiências agroecológicas torna-se um elemento essencial para a qualificar os fluxos de interatividade nessas redes. Favorecida pela evolução das tecnologias de produção de materiais de comunicação que atualmente nos asseguram autonomia operacional e baixos custos, a AS-PTA vem desenvolvendo um conjunto de metodologias participativas de sistematização de experiências para uso nas redes locais. Nos últimos três anos, mais de uma centena de sistematizações de experiências foram realizadas nos programas locais dando suporte pedagógico aos eventos de formação concebidos segundo a pedagogia “de agricultor(a) a agricultor(a)”. Essas sistematizações assumiram diversos formatos (boletins informativos, cartilhas, vídeos, *banners*, painéis fotográficos, etc) e vêm sendo aprimoradas paulatinamente com o processo continuado de reflexão sobre experimentação metodológica em curso nesse campo.

O monitoramento de impactos das inovações agroecológicas sobre as vidas material e imaterial das famílias agricultoras é também um antigo tema mobilizador de esforços da entidade. Desde o período Trienal anterior (1999-2001) a AS-PTA vem realizando um trabalho sistemático de teste e de sistematização de referenciais metodológicos nesse campo. O desafio nesse caso é o de desenvolver uma abordagem que garanta, simultaneamente, a produção de informações úteis para o avanço dos conhecimentos nas dinâmicas sociais de inovação agroecológica, agregando inclusive a contribuição do campo acadêmico, e o ativo envolvimento no processo de agricultores e agricultoras integrados às redes locais de experimentação.

Nos últimos três anos, por meio de alguns exercícios práticos e de seminários específicos, a entidade aprimorou seus acúmulos anteriores no campo do monitoramento de impactos econômicos das inovações agroecológicas. Alguns estudos nesse campo foram sistematizados e publicados em revistas e em livro de alcance internacional. Além do enfoque sobre a sustentabilidade dos sistemas econômicos da agricultura familiar, os exercícios de monitoramento passaram a incorporar com mais especificidade duas outras dimensões: a ambiental e a social.

O esforço de monitorar impactos ambientais da agroecologia contou com a participação de várias instituições oficiais de pesquisa agrícola que, em parceria com a AS-PTA e com organizações da agricultura familiar do Centro-Sul do Paraná e do Agreste da Paraíba, realizaram investigações sobre variados aspectos técnicos que vêm mobilizando as redes temáticas de agricultores-experimentadores em ambas as regiões. O resultado do conjunto dessas pesquisas vai muito além dos avanços de conhecimentos técnicos e científicos alcançados por cada uma delas individualmente. Esse conjunto vem permitindo à AS-PTA uma rica base de reflexão sobre os métodos de pesquisa agroecológica, em particular no que se refere ao desafio de construir pontes entre os procedimentos de produção de conhecimento adotados pela academia e os empregados pelos agricultores.

No plano social, dois focos foram explorados nos exercícios de monitoramento dos impactos de inovações agroecológicas. O primeiro está relacionado à democratização das relações sociais de gênero nas famílias, comunidades e organizações da agricultura familiar. Durante o triênio, a AS-PTA sistematizou alguns casos exemplares de mulheres que, individual ou coletivamente, alcançaram níveis extraordinários emancipação social em virtude de suas participações nas dinâmicas locais de inovação agroecológica. Através de eloqüentes depoimentos registrados em vídeos, boletins e cartilhas, esses casos vêm sendo insumos para a reflexão em meio às comunidades e organizações da agricultura familiar sobre a tradicional dominação que os homens exercem sobre as mulheres no mundo rural, limitando a realização das potencialidades latentes de auto-expressão e de criatividade das últimas. Também subsidiada por essas sistematizações, a equipe da AS-PTA vem ajustando suas estratégias de trabalho de forma a favorecer o equilíbrio do poder decisório entre mulheres e homens, tanto no âmbito do núcleo familiar quanto no da esfera pública. Para o próximo Trienal fica o desafio de sistematizar essas reflexões de forma a valorizá-las nos diferentes espaços de formulação de políticas públicas onde a instituição se faz presente.

O outro foco abordado está relacionado a uma antiga questão refletida pela entidade: em que medida as dinâmicas sociais de inovação agroecológica mobilizam e beneficiam as famílias mais pobres do universo dos municípios e comunidades nos quais estamos atuando? Para darmos um tratamento sistemático à questão e refletirmos sobre ela juntamente com as organizações da agricultura familiar parceiras, foi realizado um estudo específico no Agreste da Paraíba. No referido estudo, realizado com a participação de lideranças dos agricultores, procuramos verificar a hipótese de que, a não ser em casos excepcionais, as famílias mais pobres têm encontrado dificuldades em se integrar aos programas de desenvolvimento rural com enfoque agroecológico. Os resultados desse estudo foram apresentados por ocasião do Fórum Social Mundial em um seminário destinado ao debate sobre empoderamento dos pobres. No Trienal 2005-2007 a AS-PTA deverá dar continuidade ao monitoramento nesse campo, procurando valorizar seus resultados na definição de estratégias para a inclusão do público socialmente mais vulnerável às dinâmicas sociais de inovação agroecológica.

A sistematização e a disseminação da abordagem metodológica adotada pela entidade para o manejo sustentável da agrobiodiversidade é outro campo de destaque. Utilizando-se de variados meios de comunicação (vídeos, revista, folhetos, cartilhas, artigos científicos, palestras e cursos etc), concepções metodológicas da entidade nessa área de trabalho têm sido amplamente divulgadas, alcançando atualmente amplo reconhecimento no plano nacional. Por meio de uma parceria estabelecida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no quadro da *Campanha Sementes: Patrimônio da Humanidade a Serviço dos Povos*, a AS-PTA teve a oportunidade de capacitar técnicos vinculados ao movimento para a implementação de diagnósticos participativos da biodiversidade nos assentamentos, atividades essas já desenvolvidas junto a dezenas de comunidades nos 23 estados nos quais o movimento marca a sua presença. As feiras da biodiversidade, uma metodologia concebida e desenvolvida no âmbito do Programa Local do Centro-Sul do Paraná, também vêm sendo adotadas por redes e organizações atuantes em várias regiões do país.

A intensificação dos fluxos de interatividade entre organizações do campo agroecológico brasileiro no triênio 2002-2004 proporcionou condições excepcionais para a irradiação das referências metodológicas que a AS-PTA vem desenvolvendo e/ou adaptando no âmbito de seus Programas Locais. Essa intensificação, que se

processa tanto ao nível nacional quanto no âmbito das regiões e dos estados, é uma decorrência natural da concepção metodológica empregada na organização e na realização do Encontro Nacional de Agroecologia.

Tendo sido um encontro de “experiências” que privilegiou a participação massiva de agricultores e agricultoras diretamente envolvidos nas dinâmicas de inovação agroecológicas, o ENA criou as condições para o estabelecimento de uma “cultura de intercâmbios” voltada para o aprendizado mútuo com base nos acúmulos concretos alcançados pelas distintas instituições e redes do campo agroecológico dispersas pelo país. Esta idéia de revigorar as redes a partir da valorização das experiências práticas vem se efetivando com a multiplicação dos eventos de intercâmbio e com os encontros de agricultores-experimentadores realizados de forma associada a grandes eventos estaduais e regionais que ocorreram após o ENA.

Tendo exercido influência decisiva na elaboração e na implementação da concepção metodológica que resultou na emergência da Articulação Nacional de Agroecologia, a AS-PTA vem pautando ao nível nacional a problemática das abordagens de trabalho das entidades de assessoria, em particular no que se refere aos enfoques para a produção e a disseminação de conhecimentos agroecológicos por meio de redes de agricultores-experimentadores.

No curso do triênio, a AS-PTA organizou cinco seminários na região Nordeste para reflexão e intercâmbio de referências metodológicas. Dois deles foram dedicados especificamente aos procedimentos de pesquisa em agroecologia e contaram com a participação de representantes de ONGs e de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa. Os demais envolveram sobretudo técnicos de ONGs. Além desses eventos, a AS-PTA, por meio da Articulação do Semi-árido Paraibano, organizou e exerceu grande influência na concepção do IV Encontro Nacional da Articulação do Semi-Árido Brasileiro que, de forma integrada à sua programação, contou com um Encontro Nordestino de Agricultores-Experimentadores.

As sistematizações realizadas pela AS-PTA sobre a abordagem metodológica que empregada, assumiram variadas formas que vão desde textos com a fundamentação teórica do método até vídeos. Esses materiais tem encontrado boa acolhida nos debates realizados junto a ONGs e organizações da agricultura familiar parceiras. A multiplicação do número sistematizações de experiências agroecológicas destinadas a subsidiar eventos de intercâmbio “de agricultor(a) a agricultor(a)” é um dos sinais mais visíveis da influência desses processos de reflexão metodológica sobre as abordagens de trabalho adotadas por organizações do campo agroecológico no Nordeste.

Embora realizadas para qualificar as interações interpessoais no âmbito de dinâmicas locais de inovação agroecológica, o conjunto dessas sistematizações forma um acervo documental de grande valia para favorecer a interatividade entre essas mesmas dinâmicas, na medida em que também podem ser divulgadas à distância. Para dar ampla visibilidade a essas sistematizações, a AS-PTA, através do seu Centro de Informação, criou o sistema *Agroecologia em Rede*, um banco de experiências disponível na rede mundial de computadores (para mais detalhes veja Centro de Informação).

No próximo triênio, a AS-PTA deverá envidar esforços no sentido de reproduzir junto a outras redes regionais o mesmo procedimento de reflexão metodológica e de implementação do sistema *Agroecologia em Rede* que adotou no Nordeste. Outra

excelente perspectiva que se delinea nessa área é a crescente aproximação com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), particularmente no que se refere ao interesse deste em contar com a assessoria metodológica da AS-PTA para implementar processos de transição agroecológica nos assentamentos rurais ao nível nacional.

A oportunidade de a AS-PTA juntamente com parceiros locais (ONGs e organizações da agricultura familiar) apresentarem projetos nos editais lançados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do seu programa Pronaf-Capacitação também vem favorecendo a disseminação das redes de agricultores-experimentadores a partir dos programas locais. No triênio foram aprovados três projetos de duração anual que contribuíram de forma determinante para alcançarmos sucesso no objetivo de aumentar a escala do Programa Local da Paraíba a que nos propusemos. O sucesso desses projetos estabelecidos em parceria com o MDA nos credenciou a manter nossa posição privilegiada como instituição referencial no campo das abordagens metodológicas nos debates sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e sobre Desenvolvimento Territorial que estão sendo promovidos pelo governo federal (para mais detalhes veja Programa de Políticas Públicas).

Também no campo da pesquisa agrícola, nossa experiência institucional tem alcançado crescente reconhecimento pela comunidade acadêmica, explicando o motivo pelo qual a AS-PTA vem sendo cada vez mais demandada a apoiar processos de reflexão em curso na Embrapa e em empresas estaduais de pesquisa agrícola. No caso da Embrapa, contribuições da entidade vêm se dando também a partir de participações de técnicos da AS-PTA em Conselhos Assessores Externos (CAEs) de vários de seus Centros de Pesquisa e no CAE da Embrapa ao nível nacional. Uma excelente perspectiva que se delinea para o próximo período Trienal nesse campo é a constituição da Sociedade Brasileira de Agroecologia, um espaço destinado a articular o disperso campo acadêmico envolvido com a pesquisa agroecológica ao nível nacional. A AS-PTA vem participando das conversações iniciais para a concepção dessa Sociedade e deposita grande expectativa quanto ao papel potencial que ela poderá cumprir ao influenciar mudanças nos procedimentos metodológicos adotados por instituições oficiais de pesquisa.

Em que pesem os avanços institucionais no campo do desenvolvimento e irradiação das abordagens metodológicas nesse último triênio, a continuidade do esforço de experimentação e sistematização enfoque de trabalho da AS-PTA deverá ser uma marca do Programa no próximo período Trienal.

2. Objetivos para o Trienal 2005-2007

- Sistematizar e publicar a abordagem metodológica da AS-PTA para favorecer a interação entre a pesquisa acadêmica em agroecologia com as redes de agricultores- experimentadores;
- Sistematizar abordagem metodológica empregada pela AS-PTA para a constituição de redes de agricultores-experimentadores;
- Sistematizar a experiência da AS-PTA na promoção do aumento de escala dos programas locais;
- Dar continuidade à sistematização dos acúmulos técnicos e metodológicos da AS-PTA no campo do manejo sustentado da agrobiodiversidade;

- Sistematizar a abordagem metodológica empregada pela AS-PTA na promoção da equidade de gênero junto a famílias, comunidades e organizações da agricultura familiar envolvidas em dinâmicas de inovação agroecológica;
- Dar continuidade aos estudos de caso sobre impactos das inovações agroecológicas na sustentabilidade econômica da agricultura familiar;
- Dar continuidade ao estudo sobre empoderamento dos pobres em dinâmicas sociais de inovação agroecológica;
- Realizar um conjunto de eventos destinados a refletir e intercambiar referências metodológicas entre organizações da sociedade civil do campo agroecológico brasileiro;
- Participar de seminários organizados por instituições oficiais de pesquisa agrícola e extensão rural destinados a refletir o método das redes de agricultores-experimentadores.

3. Linhas de ação

O Programa orientará sua atuação segundo dois eixos complementares: o desenvolvimento e sistematização das abordagens metodológicas empregadas pela AS-PTA em seus programas locais; a promoção dessas abordagens junto a organizações da sociedade civil e instituições oficiais que atuam na área do desenvolvimento rural.

a) Desenvolvimento e sistematização das abordagens metodológicas

Os procedimentos de teste e de sistematização de metodologias de trabalho adotados pela AS-PTA no curso dos dois últimos triênios vem se revelando bastante eficientes. Ao mobilizar o conjunto da entidade para planejar, experimentar e refletir suas abordagens de trabalho, o Programa de Método tem conseguido dar sentido à transversalidade entre programas e projetos operacionais da entidade, condição necessária para a construção de uma identidade institucional no plano da estratégia de intervenção. Nesse sentido, além de documentar seus métodos com vistas a torná-los públicos, esses procedimentos têm contribuído para a manutenção da coesão institucional.

No triênio 2005-2007 esses procedimentos continuarão sendo colocados em prática através da realização de experimentações metodológicas nos programas locais e no projeto de agricultura urbana e de seminários para a produção de sínteses críticas com base nas práticas desenvolvidas de forma descentralizada. Eventualmente algumas entidades parceiras da AS-PTA que como ela vêm acumulando experiências significativas em torno aos temas mobilizadores das transversalidades serão convidadas a participar em nossos seminários internos, prática essa já iniciada no Trienal que se encerra.

O tema da constituição das redes de agricultores-experimentadores estará no centro de atenção do conjunto da entidade no próximo período Trienal. Nossas abordagens metodológicas voltadas para vincular a pesquisa acadêmica aos programas de desenvolvimento local será um dos ângulos de enfoque dessas redes. Outra dimensão a ser explorada, é o papel dessas redes no processo experimentado pela AS-PTA na promoção do aumento de escala de seus programas locais. O enfoque de gênero e a preocupação com a inclusão das famílias mais pobres na constituição dessas redes também foram definidos como temas que deverão ser contemplados com especial destaque em nossos esforços de reflexão e sistematização.

O monitoramento dos impactos das inovações agroecológicas sobre a sustentabilidade da agricultura familiar e a abordagem metodológica adotada no campo do manejo sustentado da agrobiodiversidade continuarão sendo pautados como temas transversais e merecerão, como tal, uma atenção coordenada pelo Programa de Desenvolvimento Metodológico.

b) Promoção pública das abordagens metodológicas

As atividades destinadas à valorização pública dos métodos de trabalho desenvolvidos e/ou adaptados pela AS-PTA cobrarão grande esforço da entidade nos próximos três anos e será desenvolvida com base na combinação das seguintes ações:

- A publicação e distribuição de documentos de sistematização sobre as abordagens metodológicas empregadas pela AS-PTA;
- A realização de eventos específicos para a reflexão e o intercâmbio sobre métodos de trabalho, mobilizando as redes da sociedade civil integradas à ANA e instituições governamentais de pesquisa e extensão;
- A participação de membros da entidade em debates, palestras, cursos seminários, conselhos assessores externos e outros espaços organizados por ONGs e instituições oficiais.

4. Metas e meios de verificação

a) Desenvolvimento e sistematização das abordagens metodológicas

- Realização de um seminário interno para debater a constituição de redes de agricultores-experimentadores e a promoção do aumento de escala geográfica e social dos programas locais. Meio de verificação: relatório do evento;
- Elaboração de um texto analítico sobre a experiência da AS-PTA no papel das redes de agricultores-experimentadores no aumento de escala de seus programas locais. Meio de verificação: texto produzido;
- Realização de um seminário para intercâmbio de referências técnicas e metodológicas no campo do manejo sustentado da agrobiodiversidade. Meio de verificação: relatório do evento;
- Realização de 20 estudos de caso sobre impactos das inovações agroecológicas na sustentabilidade econômica da agricultura familiar. Meio de verificação: documentos dos estudos de caso;
- Realizar um seminário sobre empoderamento dos pobres em dinâmicas sociais de inovação agroecológica e dar continuidade ao estudo iniciado no triênio 2002-2004. Meio de verificação: relatório do seminário.

b) Promoção pública das abordagens metodológicas

- Publicar um texto e editar um vídeo sobre pesquisa científica em agroecologia integrada a redes de agricultores-experimentadores. Meio de verificação: texto publicado e vídeo editado;
- Publicar um documento sobre a abordagem metodológica empregada pela AS-PTA na promoção da equidade de gênero. Meio de verificação: documento publicado;
- Realizar cinco eventos destinados a refletir e intercambiar referências metodológicas entre organizações da sociedade civil do campo agroecológico brasileiro. Meio de verificação: relatórios dos eventos;

- Participar de 10 eventos organizados por instituições oficiais de pesquisa agrícola e extensão rural destinados a refletir o método das redes de agricultores-experimentadores. Meio de verificação: relatórios anuais de atividades da AS-PTA.

4.3.2. Programa de Políticas Públicas

1. Balanço do Triênio 2002-2004

As atividades do Programa de políticas públicas buscaram apoiar os objetivos prioritários do período: o aumento de escala dos programas locais e o fortalecimento do campo agroecológico.

1.1. Fortalecimento do campo agroecológico

No que concerne o fortalecimento do campo agroecológico, a realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em agosto de 2002, no Rio de Janeiro foi, a atividade de maior impacto. Foi, ao mesmo tempo, um evento de síntese e de irradiação. O ENA em si mesmo, mas também o seu processo de preparação nos estados em quase todo o país, ensejou a explicitação de uma identidade entre milhares de praticantes da agroecologia, deu visibilidade às diversas experiências em curso, demonstrou o potencial dessa alternativa para enfrentar a crise sócio-ambiental da agricultura brasileira, promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e contribuir para a superação da fome e da subnutrição no país.

A plenária final do ENA atribuiu à comissão organizadora o papel de assegurar a continuidade do processo de articulação do campo agroecológico iniciado com o evento. Uma Coordenação política foi então criada, composta por 23 entidades de âmbito nacional ou regional: movimentos sociais, redes nacionais e regionais, ONGs. Por ocasião da primeira reunião da Coordenação, adotou-se a denominação de Articulação Nacional de Agroecologia para designar o conjunto organizado do campo agroecológico. Nesta reunião foram constituídos vários grupos de trabalho, e seus coordenadores passaram a fazer parte da Coordenação executiva, junto com os animadores regionais. Um Núcleo Executivo, de caráter permanente, assumiu a implementação das orientações da Coordenação Nacional. A AS-PTA teve participação ativa e destacada em todo esse processo, desde a formulação da proposta e a organização do evento e em todos os seus desdobramentos, fazendo atualmente parte da Coordenação Nacional e do Núcleo Executivo da ANA.

Os grupos de trabalho (GTs) se constituíram em torno a temas de interesse manifestados no ENA e retomados na reunião da Coordenação. São eles: Financiamento da produção familiar; Produção e gestão do conhecimento agroecológico (Pesquisa e extensão rural); Certificação Participativa; Manejo da agrobiodiversidade; Comercialização e Informação. Desde a constituição destes GTs, ainda em 2002, até a reunião da Coordenação executiva, em setembro de 2004, seu funcionamento teve altos e baixos.

A orientação para a operacionalização dos GTs foi a de buscar identificar as experiências mais consistentes e inovadoras relacionadas aos respectivos temas, sistematizá-las e promover intercâmbios de maneira a facilitar processos de aprendizado mútuo. Caberia aos GTs apoiar a análise dessas experiências, visando identificar nelas conceitos, métodos e práticas inspiradoras de medidas de política

pública passíveis de dar suporte à sua generalização. Finalmente, os GTs deveriam mobilizar as entidades interessadas para participar e apoiar negociações com os poderes públicos nos níveis adequados, do municipal ao federal.

Essa sistemática fundada na sistematização de experiências, no aprendizado mútuo e no esforço coletivo de formulação de propostas, não funcionou de forma desejável. Com a instalação do governo do presidente Lula, alguns espaços importantes de influência em políticas e programas federais foram abertos para as organizações coligadas na ANA. O governo, no entanto, impôs um ritmo acelerado às negociações com a sociedade civil, tornando impossível a ela construir sua própria agenda de temas e propostas para negociar. Os GTs não tiveram condições de mobilizar as entidades da ANA interessadas em cada tema e, sob a pressão dos prazos das agendas governamentais, acabaram por formular e negociar propostas de políticas a partir de um espectro restrito de experiências. Por exemplo: nas discussões sobre crédito com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o respectivo GT envolveu em suas atividades a AS-PTA (coordenadora), a Fetraf, o CTA-ZM, a Rede Ecovida, o Centro Ecológico, o GTNA e a ASA, ainda que de forma descontínua. Mas organizações de peso como a Contag e o MPA não puderam participar efetivamente.

De forma geral, os GTs não alcançaram cumprir o papel de apoiar os processos de construção horizontal da ANA, através dos intercâmbios e sistematizações das experiências e da construção coletiva de propostas. Pautados pelas iniciativas do governo, eles conseguiram influenciar a formulação de algumas políticas e abrir espaços para favorecer a agroecologia mas, em muitos casos, não conseguiram dar seguimento a essas conquistas parciais.

O balanço já referido da Coordenação executiva indicou a necessidade de se retomar a sistemática proposta originalmente, pois é ela que poderá permitir a ativação de dinâmicas de interação entre experiências e a geração de acúmulos mais consistentes. Esta avaliação implica em reconhecer que as entidades da coordenação da ANA e participantes de seus vários GTs se colocaram metas acima de sua capacidade real de atuação, almejando criar políticas universais favorecendo a agroecologia, mas sem capacidade de associar suas atividades a um processo de construção de identidades e de coesão política a partir das amplas bases da ANA.

Apesar desses limites, as atividades dos GTs permitiram alguns ganhos significativos: a criação dos programas de crédito Pronaf Agroecologia e Pronaf Semi-Árido; a inclusão na lei de sementes e em sua regulamentação de isenções reconhecendo a existência e as particularidades das variedades tradicionais; o reconhecimento (ainda não definitivo) da certificação participativa na legislação sobre produção orgânica; a priorização da agroecologia e das abordagens participativas para a promoção do desenvolvimento local na política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A prática dos intercâmbios horizontais entre experiências, tanto no campo técnico, como metodológico e sócio-organizativo ganhou novas dimensões a partir do ENA. Nas várias regiões, multiplicaram-se as visitas, oficinas, encontros e outras formas de interação horizontal, muito embora se tenha identificado, na reunião da Coordenação executiva da ANA, a necessidade de serem sistematizadas as metodologias utilizadas para melhor explorar essa atividade essencial para a construção do campo agroecológico e o acúmulo de experiências por cada participante. Animando estes intercâmbios regionais e estaduais, criaram-se novas articulações e se fortaleceram as

já existentes. É o caso da criação da Associação Mineira de Agroecologia (AMA), e do fortalecimento da Rede Ecovida, no sul, da ASA-Brasil, no semi-árido e do GTNA, na Amazônia. Ponto fraco do período foi a região Centro-Oeste, onde os vínculos com a ANA são ainda frágeis e onde as entidades regionais não conseguiram ainda estabelecer certa organicidade coletiva.

1.2. Aumento de escala dos programas locais:

1.2.1. Crédito

O financiamento da transição agroecológica dos sistemas familiares foi identificado como insumo crucial para o aumento da escala social e geográfica dos programas locais. O financiamento, que não se reduz ao crédito agrícola, pode ter vários formatos e origens. No triênio 2002-04, procurou-se explorar duas modalidades: o crédito Pronaf e os fundos rotativos.

Conseguiu-se identificar, num esforço conjunto com lideranças das organizações dos agricultores no centro-sul do Paraná e no Agreste da Paraíba, quais as necessidades de crédito para apoiar o processo de transição agroecológica de diferentes categorias de agricultores familiares e qual a capacidade de endividamento dos mesmos, tal como foi previsto no Plano Trienal. Essas sistematizações serviram de base para negociações com os programas de crédito do governo, e resultaram na criação dos Pronaf Agroecologia e Semi-Árido. Embora a AS-PTA tenha mobilizado outras entidades da ANA para participarem nessas negociações, as mesmas não tiveram condições de apresentar experiências sistematizadas para o debate com o governo.

Apesar desses resultados exitosos, os programas locais da AS-PTA aproveitaram pouco as novas oportunidades criadas. No Paraná, houve mais envolvimento e resultados para os agricultores no ano 2002, antes mesmo que se efetivassem as conquistas obtidas com o novo governo. Naquele ano, as mobilizações do Fórum dos Agricultores do Centro-sul do Paraná conseguiram dobrar as resistências do Banco do Brasil e obtiveram a liberação de mais de 1000 projetos de crédito com características agroecológicas. Mas em 2003/04, o Fórum Regional não teve condições de organizar um processo massivo de demanda por crédito para a transição agroecológica e de formulação de projetos. Já na Paraíba, a compra antecipada da produção, política negociada com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mobilizou fortemente tanto a equipe local da AS-PTA como as lideranças do Pólo Sindical da Borborema, prevalecendo nas prioridades e não deixando espaço para explorar as oportunidades criadas pelo Pronaf Semi-Árido. A iniciativa das compras antecipadas de produção, ao associar garantia de compra e de preços e a constituição de estoques de segurança alimentar e de sementes, aponta caminhos para a implementação de políticas inovadoras específicas de curto prazo (mas com impactos positivos de amplo espectro nos sistemas produtivos), e que são percebidas como positivas e economicamente viáveis pelas famílias agricultoras, gerando nelas alto nível de interesse e participação.

Nessa mesma linha, o Programa Local da Paraíba desenvolveu no curso dos últimos anos um amplo e diversificado sistema de fundos rotativos destinado ao financiamento de múltiplas atividades, como, por exemplo, a construção de cisternas, de cercas de tela, o plantio de forrageiras, a compra de esterco. A experiência tem evidenciado que se trata de uma modalidade de financiamento ágil, eficiente, auto-gerido e de elevada confiabilidade para as famílias dos agricultores, na medida em que está diretamente associada às dinâmicas comunitárias de inovação. Além disso, sendo apoiados na

mobilização e gestão local de poupanças e de recursos públicos para o desenvolvimento rural com elevado efeito multiplicador, os fundos rotativos encerram grande potencialidade de incremento nas escalas financeira e social em que operam atualmente pela via da constituição de mecanismos de crédito mútuo. No entanto, não se conseguiu avançar na sistematização dessa e de outras modalidades de crédito alternativo, de forma a subsidiar políticas que a fortaleçam.

1.2.2. Políticas públicas municipais

A pesquisa sobre os impactos das políticas públicas sobre a sustentabilidade dos sistemas produtivos dos agricultores familiares nos municípios de Bituruna e Palmeira, no Paraná, e no município de Lagoa Seca, na Paraíba, teve resultados significativos. O processo pedagógico na Paraíba funcionou de forma satisfatória, com forte envolvimento das lideranças comunitárias, municipais e do Pólo Sindical. A avaliação crítica das políticas de governo e as promovidas no quadro da parceria AS-PTA - Pólo permitiu discutir o significado do conceito de sustentabilidade e demonstrar a superioridade, por esse critério, dos sistemas agroecológicos sobre os tradicionais e convencionais.

No Paraná, a participação dos agricultores foi bastante significativa no município de Palmeira e menos intensa em Bituruna. Neste caso, deve-se ressaltar a importante participação dos professores e alunos da Escola Familiar Rural do município, estes últimos filhos de agricultores familiares. Também nestes dois municípios a aplicação do conceito e dos indicadores de sustentabilidade apontou os sistemas agroecológicos como mais eficientes.

Nos três casos pesquisados, não foi possível cumprir a etapa de formulação dos Planos de Desenvolvimento Municipal, tendo como subsídio os resultados dos estudos, como inicialmente previsto. No caso específico da Paraíba, a participação dos agricultores na campanha eleitoral para a prefeitura tornou impossível a mobilização para o aprofundamento dos resultados da pesquisa e a formulação do Plano de Desenvolvimento Municipal.

1.2.3. Políticas públicas em apoio à biodiversidade agrícola

O balanço sobre esse tema foi parcialmente apresentado no item relativo ao fortalecimento do campo agroecológico. As atividades previstas para o triênio 2002-04 foram cumpridas essencialmente em associação com a ANA, com forte participação das equipes da AS-PTA e lideranças de organizações parceiras nos Programas Locais.

Nos marcos específicos do processo de aumento da escala de abrangência das ações dos programas locais houve um importante avanço, tanto no Paraná como na Paraíba. Neste caso, as negociações com o governo estadual sobre os programas de distribuição de sementes foram efetuadas pela ASA-PB com intensa participação da AS-PTA e conseguiu-se, pela primeira vez, o reconhecimento das sementes crioulas em um programa oficial no Brasil. No Paraná, multiplicaram-se com tal intensidade as feiras de sementes nas comunidades, municípios e na região, que as sementes crioulas já são parte de uma política de amplo impacto e base de partida para a transição para sistemas agroecológicos. Os programas de sementes crioulas foram os que mais avançaram na estratégia de aumento de escala dos programas locais.

Tanto na Paraíba como no Paraná a cooperação com outras entidades membros da ANA no tema sementes e biodiversidade tem tido impactos significativos. É o caso dos intercâmbios com grupos de agricultores vinculados à Via Campesina e a assessoria sobre metodologia de manejo de sementes crioulas (resgate, melhoramento, multiplicação) realizada por técnicos da AS-PTA da Paraíba e do Paraná. Com a Fetraf, a cooperação ficou centrada no Paraná, sobretudo através de intercâmbios de formação de centenas de agricultores inscritos nos cursos conhecidos como “Terra Solidária”, cujos currículos envolvem conceitos e práticas da agroecologia.

1.2.4. Transgênicos

Este tema tem incidência nos Programas Locais, mas, sobretudo, tem caráter de mobilização nacional.

No âmbito dos Programas Locais, foram organizadas oficinas de formação de lideranças do Pólo Sindical e do Fórum do Centro-sul do Paraná. Foram também empreendidos esforços de irradiação da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos junto a outras entidades dos dois estados. Tanto a ASA-Pb como as Jornadas Paranaenses de Agroecologia tiveram papel destacado em ações vinculadas à Campanha. As Jornadas, em particular, apoiaram a ocupação de uma área experimental da Monsanto e a criação, em seu lugar, de um centro de produção de sementes e mudas crioulas. As Jornadas, igualmente, tomaram a iniciativa da proposta da lei de proibição do cultivo e circulação de transgênicos no Paraná, finalmente aprovada.

No plano nacional, a Campanha sobre os transgênicos enfrentou um contexto particularmente difícil com a capitulação de uma parte importante do governo Lula frente às pressões da Monsanto e do agronegócio. A liberação do cultivo e da comercialização da soja transgênica no país vai se tornando permanente, mas a Campanha conseguiu, até agora, limitar a liberação a essa cultura. As atividades previstas no Trienal foram realizadas por completo e a Campanha hoje se apóia numa articulação de 82 entidades, inclusive todas as organizações nacionais dos agricultores familiares.

Não foi possível propor uma moratória para os transgênicos, embora, pela via judicial se tenha obtido uma na prática por vários anos. A Lei de Biossegurança, em discussão no Congresso, foi uma vitória parcial das posições da Campanha, mas enfrenta uma grande dificuldade para ser aprovada na forma final que assumiu o projeto. Ele se encontra nas últimas etapas da decisão congressual. Houve vitória na votação na Câmara, em seguida derrota no Senado. Caberá à Câmara a decisão final. Como o Senado mudou totalmente a proposta aprovada na Câmara, o voto dos deputados será de rejeição ou aprovação global. Ou seja: o projeto da Câmara contra o substitutivo do Senado. A decisão deve sair até o final de 2004. Dependendo do resultado, as estratégias da Campanha terão que ser ajustadas.

1.3. Outras atividades não previstas no Trienal 2002-2004:

1.3.1. Segurança alimentar

O foco colocado pelo novo governo no programa “Fome Zero” trouxe o tema à ordem do dia. A constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criou a expectativa da abertura de espaços privilegiados de participação da sociedade civil na

elaboração de políticas relacionadas a esse tema. Na verdade, isto ocorreu apenas parcialmente. A contribuição mais significativa do Consea (e da AS-PTA dentro dele) foi a elaboração do chamado Pronaf Segurança Alimentar que favoreceu o crédito para aumentar a oferta de alimentos de base como feijão, arroz, milho, trigo e mandioca. Além disso, o Consea reduziu-se a um espaço de negociação de projetos específicos, ainda que eventualmente relevantes como foi o caso do financiamento de uma pequena parte do programa Um Milhão de Cisternas pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A AS-PTA participou do Consea até a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em abril de 2004 e não integrou a nova composição do Conselho. A ênfase do governo nos aspectos mais assistencialistas e o abandono das ações consideradas estruturantes retiraram do Consea sua vocação inicial de espaço de concertação social e de articulação de políticas.

1.3.2. Política de ATER

Em conjunto com o GT correspondente da ANA, a AS-PTA participou ativamente dos debates sobre o tema promovidos no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar. Embora se tenha alcançado incorporar aos documentos de orientação geral da Política Nacional de ATER um enfoque participativo e claramente orientado para a promoção da agroecologia, apresentam-se dificuldades para a aprovação de normas operacionais concordes com esses princípios. A dificuldade está exatamente na capacidade ainda limitada das experiências em agroecologia para darem sustentação pedagógica a um programa de massificação da assistência técnica em bases agroecológicas. A tendência do governo é de “converter” o corpo de técnicos da extensão rural para a agroecologia através de cursos intensivos, embora a prática mostre amplamente que essa pedagogia verticalizada tem muito pouca efetividade.

1.4. Representação externa da AS-PTA

A AS-PTA manteve sua participação em vários espaços relevantes para o debate em torno ao desenvolvimento rural e para a formulação de políticas públicas: participação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, no Conselho Nacional Externo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e no Conselho do Fundo Nacional para a Biodiversidade.

No plano internacional, participou ativamente na Conferência Mundial de Alimentação em 2002, coordenando o Comitê de Redação das resoluções da conferência paralela da sociedade civil.

O grupo de trabalho Agroecologia do Comitê Internacional de Planejamento das ONGs para a Soberania Alimentar (IPC), coordenado pela AS-PTA, firmou um acordo com a FAO para criar um programa de apoio à agroecologia a ser operado em conjunto pelos técnicos da FAO e pelo IPC. 15 governos nacionais, inclusive o do Brasil, solicitaram apoio da FAO para desenvolver programas de agroecologia em seus países respectivos. A AS-PTA, em colaboração com a FAO, está em entendimentos com o governo através do Ministério do Meio Ambiente, visando à formulação de um programa de fomento à agroecologia no Brasil.

2. Objetivos para o Trienal 2005-2007:

As prioridades institucionais definidas para o Trienal organizam-se em torno aos seguintes temas: fortalecimento do campo agroecológico, financiamento, políticas públicas municipais, desenvolvimento territorial, sementes, participação na Campanha sobre os Transgênicos e a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural.

2.1. Fortalecimento do campo agroecológico

O objetivo é fortalecer a construção política e organizativa da ANA, estimulando a disseminação de ações em rede e a ação concertada para a influir sobre a formulação de políticas públicas.

Atividades:

- Manter participação nas instâncias de coordenação: Coordenação Nacional e Núcleo Executivo.
- Participação nos GTs temáticos: sementes, financiamento da produção familiar, produção e gestão do conhecimento agroecológico (pesquisa e extensão), informação e gênero.
- Apoiar a intensificação de redes nas regiões de atuação da AS-PTA: nordeste, sul e sudeste.
- Participar ativamente da preparação e realização do II Encontro Nacional de Agroecologia.

2.2. Financiamento da transição para sistemas agroecológicos

O objetivo específico é o de criar um processo de acesso a financiamentos à transição agroecológica dos sistemas familiares que possa se expandir autonomamente, sem depender de suporte permanente da AS-PTA. A meta não é aprovar um número indefinido de projetos de financiamento, seja em que forma for, mas a de testar as melhores modalidades de financiar a produção e organizar os processos de acesso dos agricultores.

Simultaneamente se buscará:

Avaliar os sistemas de fundos rotativos como modalidade adequada para financiamentos específicos (infra-estruturas hídricas, por exemplo) à luz do que já vem ocorrendo no projeto “Um Milhão de Cisternas”. A sistematização e avaliação dessa modalidade permitirão negociar a sua expansão com o apoio de programas do Ministério do Meio Ambiente de combate à desertificação ou programas de micro-créditos do Ministério do Trabalho.

Desenvolver um conjunto limitado de experiências com o Pronaf Semi-Árido para avaliar o grau de complexidade da formulação dos projetos de crédito de investimento de longo prazo e a capacidade de as organizações do Pólo enquadrarem um processo de planejamento massivo de projetos. Para isto, se começará por organizar visita de intercâmbio a algumas comunidades no Nordeste que já iniciaram experiências de acesso a esta modalidade de crédito do Pronaf. Em seguida, será discutida com as lideranças do Pólo uma experiência coletiva de formulação de projetos, envolvendo

grupos de agricultores representativos dos tipos de sistemas de produção mais freqüentes na região. Esse exercício será monitorado ao longo de todo o triênio e os resultados apresentados e discutidos com as lideranças do Pólo. Chegando-se a um resultado satisfatório, a AS-PTA, junto com o Pólo, organizará o desencadeamento de uma operação ampla de apoio à formulação de projetos e de acesso das famílias ao financiamento Pronaf Semi-Árido. Essa operação poderá ou não iniciar-se ainda no presente Trienal, dependendo das dificuldades encontradas na fase piloto. Em caso de necessidade, serão negociadas alterações nas disposições dessa modalidade do Pronaf.

Avaliar o efeito da compra antecipada da produção pela Conab no financiamento da transição para a agroecologia no Agreste da Paraíba.

No Paraná, será testado o Pronaf Agroecologia, iniciando-se o teste com a formação de um grupo de agricultores de referência interessados na experiência, a discussão do planejamento dos projetos de forma coletiva e a apresentação dos mesmos ao Banco do Brasil. Estes projetos serão monitorados ao longo do Trienal. Os resultados serão amplamente divulgados na região, usando-se diferentes meios de informação e material pedagógico.

Atividades:

- Negociar a ampliação dos recursos disponíveis para fundos rotativos no Agreste paraibano, liberando-os para outros fins além da construção de cisternas.
- Negociar novos fundos para a região abrindo-os para novos tipos de investimento.
- Elaborar procedimentos para a operação dessas novas modalidades de fundos rotativos e gerar nas organizações dos agricultores capacidades e meios para geri-los.
- Formular projetos Pronaf Semi-Árido para 3 grupos de 5 agricultores no Agreste e negociá-los com o Banco do Nordeste do Brasil. Em todos os grupos se buscará garantir a participação das famílias mais pobres.
- Avaliar a metodologia de planejamento e a adequação (ou não) das condições do Pronaf para as famílias envolvidas.
- Divulgar amplamente os resultados e formar lideranças para conduzirem os processos de elaboração de novos projetos.
- Avaliar os efeitos da CAP/Conab em conjunto com o Pólo Sindical.
- Replicar o mesmo exercício de acesso ao Pronaf no centro-sul do Paraná, acessando o Pronaf Agroecologia e negociando com o Banco do Brasil.
- Também no centro-sul do Paraná, criar condições financeiras e de gestão para progressiva constituição de um fundo rotativo de apoio à experimentação agroecológica.

2.3. Políticas públicas municipais

A valorização dos resultados da pesquisa realizada no triênio anterior estará concentrada no Agreste da Paraíba. O objetivo principal será o de formular um Plano de Ação para o desenvolvimento agrícola no município de Lagoa Seca e monitorar a sua aplicação. Isso se fará em parceria com o STR de Lagoa Seca, o Pólo Sindical da Borborema e com a Prefeitura do município. A metodologia de elaboração do Plano será socializada com outros STRs e prefeituras da região estimulando a implementação de experiências do mesmo tipo.

Atividades:

- Realização de um seminário de devolução dos resultados da pesquisa, com lideranças do Pólo e dos STRs da região, convidando-se autoridades municipais, vereadores e membros dos conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.
- Elaboração do Plano de Ação de Lagoa Seca.
- Apoio à negociação do Plano no município.
- Divulgação ampla do Plano na região.
- Formação simultânea de lideranças na metodologia de formulação de Planos de Desenvolvimento.

2.4. Desenvolvimento Territorial

O Ministério de Desenvolvimento Agrário está desenvolvendo experiências-piloto de organização de sua intervenção com base no conceito de território, envolvendo vários municípios em uma mesma lógica de promoção do desenvolvimento. Recursos do Ministério relativos a infra-estruturas produtivas, agro-industrialização e assistência técnica serão canalizados para consórcios público-privados em territórios como o correspondente à área de abrangência do Pólo Sindical da Borborema. Isso implica em apoiar as organizações dos agricultores para participarem das negociações envolvendo as prioridades de alocação desses recursos. A atividade proposta se liga com a anterior (2.3), pois também implicará em diagnósticos e planejamento só que em uma área mais ampla.

Atividades:

No Agreste paraibano:

- Realização de um diagnóstico das políticas públicas incidentes no território da Borborema.
- Elaboração de plano de desenvolvimento territorial envolvendo investimento em infra-estruturas, agro-industrialização e ATER.
- Negociação do plano no âmbito do Condraf.

2.5. Programa de Sementes

No Agreste paraibano, o objetivo é formular e negociar um programa de sementes crioulas para o Pólo da Borborema, envolvendo resgate, conservação, melhoramento e multiplicação de várias espécies de interesse na região. O programa negociará o apoio de unidades da Embrapa como o Cenargem, Embrapa Semi-árido e o Centro do Algodão, bem como da Emepa e da Secretaria de Agricultura do estado da Paraíba.

Na região centro-sul do Paraná, o objetivo é a sistematização do trabalho desenvolvido na área do manejo da agrobiodiversidade, incorporando as dimensões técnicas, metodológica e sócio-organizativa. Para tanto, será proposta parceria com as organizações do Fórum Regional, a coordenação dos agricultores-experimentadores do programa de sementes e a Universidade de Londrina. Um projeto específico será elaborado para a realização desse trabalho, mobilizando recursos complementares junto a instituições governamentais e de cooperação internacional. Serão elaborados produtos de difusão dos resultados, utilizando-se diferentes meios de informação.

Tanto na Paraíba como no Paraná, organizar um processo sistemático de intercâmbios com o MST e Fetraf tendo como objeto a experiência da AS-PTA na área de sementes. Essa iniciativa poderá ser o primeiro passo para uma colaboração mais ampla com esses parceiros, tendo por base a incorporação do enfoque agroecológico em suas bases sociais respectivas.

Atividades:

No Agreste paraibano:

- Discutir e formular com as lideranças do Pólo Sindical um projeto de orientação para o programa de sementes.
- Negociar com os parceiros das entidades de pesquisa o apoio necessário na área técnico-científica.
- Negociar recursos financeiros com o MAPA, MDA e MMA.
- Iniciar o programa com caráter piloto, em pequena escala.

No centro-sul do Paraná:

- Discutir e formular com os parceiros locais um projeto de orientação para a sistematização.
- Negociar recursos suplementares para a produção de material de informação com MDA, MMA e organizações de cooperação para o desenvolvimento.

No Agreste da Paraíba e no centro-sul do Paraná:

- Negociar a colaboração com as direções do MST e Fetraf.
- Iniciar uma sistemática de intercâmbios de formação de agricultores e de técnicos do MST e da Fetraf nas duas regiões.

2.6. Campanha sobre transgênicos

O objetivo principal é impedir a liberação de outras culturas transgênicas, além da soja, para fins comerciais, particularmente o milho e o algodão e demonstrar para os produtores agrícolas e exportadores de soja os inconvenientes técnicos, econômicos e ambientais do cultivo da soja transgênica.

Atividades:

- Reorganizar e ampliar a coordenação da Campanha, incorporando a ela entidades e pessoas que mais tem se destacado nas atividades desenvolvidas nos últimos anos.
- Manter o sistema de informação eletrônico semanal e criar programa mensal para rádios e TVs comunitárias.
- Pesquisar os efeitos da legislação européia de rotulagem sobre as importações de soja transgênica e divulgar os resultados no Brasil.
- Pesquisar as vantagens comparativas da soja transgênica, convencional e orgânica no Rio Grande do Sul e divulgar os resultados para os produtores de soja dos outros estados onde ainda não penetrou a soja transgênica.
- Intensificar a campanha junto aos consumidores, em particular nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

- Acionar todos os dispositivos jurídicos que permitam impedir ou inibir o cultivo de transgênicos.

2.7. Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

O objetivo da atividade é influenciar, no âmbito do Condraf, os debates em defesa da criação e, se possível, o início de operação de um Fundo destinado a financiar projetos de desenvolvimento agroecológico de forma continuada e a longo prazo. Essa proposta já está elaborada e encontra-se em discussão no Condraf, mas necessita ser debatida nos marcos da ANA para conferir-lhe maior legitimidade e respaldo político.

Atividades:

- Apresentar e discutir a proposta na Coordenação da ANA.
- Negociar com as várias secretarias do MDA.
- Negociar diretamente com a presidência da República.

4.4. Centro de Informação

1. Balanço do Trienal 2002-2004

No período Trienal que se encerra, a AS-PTA deu importantes passos no sentido de modificar o conceito e modernizar os métodos adotados pelo Centro de Informação (CI). Integrando os serviços antes executados pelo Centro de Documentação e o pelo Centro de Publicações, o CI está atualmente concebido e dimensionado para atuar como um espaço destinado a produzir e disseminar informações qualificadas para subsidiar pessoas e instituições envolvidas com processos sociais de transição agroecológica no Brasil. Essa evolução conceitual e metodológica do CI é resultado de três fatores complementares:

a) A disponibilidade de modernas tecnologias que permitem, a baixos custos, dar maior rapidez, eficiência e qualidade aos fluxos de informação em redes.

O esforço sistemático da AS-PTA realizado durante 20 anos na captação de documentos impressos (livros, documentos e periódicos) e audiovisuais (vídeos e fotografias), teve como resultado a composição de um acervo institucional que é considerado atualmente um dos mais completos da América Latina no seu campo específico. Nos últimos anos a instituição alterou sua política de captação de documentos uma vez que a manutenção de acervos documentais físicos não mais se faz necessária frente às novas possibilidades tecnológicas proporcionadas pela emergência da rede mundial de computadores. Nesse sentido, ao invés de alocar energias e recursos institucionais na captação de documentos que vêm sendo produzidos por instituições brasileiras e internacionais em ritmos cada vez maiores, o CI tem selecionado para a aquisição (não necessariamente a compra) apenas os documentos essenciais e de limitada disponibilidade para as instituições brasileiras. Para compensar a ausência física dos documentos existentes e não captados, a entidade está desenvolvendo um projeto de integração virtual de Centros de Documentação de Ongs e instituições oficiais que mantêm acervos documentais relevantes (veja sistema *Agroecologia em Rede* mais à frente).

Também como resultado das novas ofertas tecnológicas, o CI desenvolveu no triênio a página institucional da AS-PTA na *internet*. Nela estão disponíveis informações relacionadas aos seus programas e projetos, seu catálogo de publicações, textos produzidos por membros da instituição, seu balanço patrimonial, etc...

b) A multiplicação do número de instituições brasileiras que publicam sobre agroecologia e desenvolvimento rural sustentado.

Ao conceber seus serviços de informação por ocasião de sua fundação, a AS-PTA despontava no cenário nacional como uma das poucas instituições que se ocupavam de forma sistemática com a publicação de livros e documentos relacionados ao desenvolvimento agroecológico. Até os dias de hoje suas publicações são reconhecidas por pessoas e instituições envolvidas em programas de desenvolvimento sustentado da agricultura familiar no Brasil como importantes fontes de subsídio teórico. Felizmente, no decorrer da última década, muitas outras instituições brasileiras, várias delas governamentais e outras com intuito exclusivamente comercial, passaram a publicar importantes documentos relacionados à agroecologia. Essa multiplicação de iniciativas é uma evidência inquestionável do avanço do campo agroecológico nesse período e colocou para a AS-PTA a necessidade de recontextualizar o sentido estratégico de sua política de publicações.

Inscreve-se também no atual contexto, o desafio institucional de valorizar publicamente os ensinamentos nos planos técnico e metodológico adquiridos com as experiências dos programas locais, uma dimensão estratégica pouco presente no momento em que a referida política de publicações foi originalmente concebida.

Diante dessa nova e positiva realidade, a AS-PTA vem adotando um novo enfoque em seus projetos editoriais. Além de priorizar a valorização de seus acúmulos institucionais, procura estabelecer parcerias com editoras eventualmente interessadas na publicação de textos estrangeiros que, ao seu juízo, são essenciais para o avanço do campo agroecológico brasileiro. Procedendo dessa forma, vem otimizando os poucos recursos financeiros que consegue mobilizar para esse fim.

c) A intensificação dos fluxos de informação entre organizações que compõem o campo agroecológico brasileiro

A emergência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no último triênio promoveu a intensificação das interações horizontais entre organizações do campo agroecológico. Com o objetivo de favorecer processos continuados de aprendizado mútuo, essas interações horizontais vêm se fazendo principalmente por meio de intercâmbios de experiências envolvendo agricultores(as) e técnicos(as) integrados diretamente às dinâmicas locais de inovação agroecológica promovidas por essas organizações.

A baixa visibilidade pública e o relativo isolamento social da maioria das iniciativas inovadoras de promoção da agroecologia apresentam-se como grandes obstáculos a serem superados na continuidade da ANA. Diante desse desafio, o CI inaugurou no triênio uma ação orientada para favorecer a circulação de informações originadas diretamente das experiências de promoção de agroecologia em curso no país.

Estando fortemente associado ao Programa de Desenvolvimento Metodológico, essa ação tem como ponto de partida o estímulo às práticas de sistematização das

experiências por parte das organizações do campo agroecológico. Com efeito, pode-se atribuir à limitada prática de sistematização de experiências por parte das organizações do campo agroecológico o motivo pelo qual os fluxos de informações entre elas sejam ainda tão pouco intensivos.

Complementando a ação, o CI desenvolveu dois instrumentos para veicular as informações sobre as experiências que serão sistematizadas de forma descentralizada pelas organizações do campo agroecológico. São eles:

- I) Um sistema de informações intitulado *Agroecologia em Rede*, acessado livremente pela rede mundial de computadores, e que tem como componente principal um banco de experiências sobre agroecologia.

O sistema foi concebido e desenvolvido pela AS-PTA juntamente com organizações do campo agroecológico atuantes no semi-árido brasileiro. Atualmente conta com uma centena de experiências cadastradas, em sua grande maioria da região semi-árida. Negociações já vêm sendo realizadas junto a redes do campo agroecológico presentes em outras regiões do país de forma a ampliar a abrangência geográfica do sistema. Objetiva-se também estabelecer parcerias com instituições acadêmicas envolvidas com a investigação agroecológica.

Além do banco de experiências o sistema conta também com um banco de pesquisas em agroecologia (ainda não alimentado) e um banco de contatos de pessoas e instituições integrantes do campo agroecológico. No próximo Trienal, projeta-se integrar também o banco de dados do centro de documentação da AS-PTA, possibilitando que as consultas ao CD sejam realizadas pela *internet*. Para tanto, serão necessárias modificações nos procedimentos de classificação dos documentos e a migração da base de dados para outro *software* de gestão da informação mais moderno, ágil e compatível com a *internet*.

- II) A revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*. Trata-se da versão brasileira da Revista *Leisa* editada desde o início dos anos 80 na Holanda pela Fundação *Ileia*. Por meio de uma parceria estabelecida em 2003 com o *Ileia*, a AS-PTA publicará quatro números da revista anualmente. Orientada exatamente para divulgar experiências concretas na área do desenvolvimento agroecológico, a revista será produzida tanto em versão impressa quanto em versão eletrônica (disponível no site da AS-PTA). Contando com um conselho editorial composto por representantes das principais redes do campo agroecológico brasileiro e por representantes de instituições oficiais de pesquisa e extensão rural, teve seu número inaugural lançado em setembro de 2004 abordando a temática da segurança alimentar.

2. Objetivos para o Trienal 2005-2007

- Elaborar novo sistema de classificação do acervo do Centro de Documentação adotando a metodologia da linguagem controlada;
- Dar início à reclassificação do acervo do CD segundo a nova metodologia desenvolvida;
- Dar início ao projeto de integração virtual de centros de documentação de ONGs;
- Administrar o sistema *Agroecologia em Rede*, mantendo fluxo regular de cadastramento de informações em seus bancos de dados;
- Administrar a página da AS-PTA na *internet*;
- Integrar a base de dados do CD ao sistema *Agroecologia em Rede*;

- Ampliar o alcance geográfico do sistema *Agroecologia em Rede* para além da região do semi-árido brasileiro;
- Manter a regularidade de publicação da Revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*;
- Publicar e reeditar livros e textos de relevância para o movimento agroecológico no Brasil.

3. Linhas de ação

Coerente com o processo de transição conceitual e metodológica pelo qual atravessa, o Centro de Informação se organizará no triênio 2005-2007 de sorte a combinar suas atividades de rotina com ações de implantação das inovações operacionais necessárias para que possa cumprir com o novo papel a que está sendo chamado.

a) Atividades de rotina

- Administração do Centro de Documentação (captação de documentos, cadastramento dos novos documentos na base de dados, atendimento a usuários, etc.)
- Administração do sistema *Agroecologia em Rede* (aprimoramento do software, cadastramento de informações, atendimento a usuários, crítica a cadastramentos realizados diretamente via *internet*, etc.);
- Coordenação editorial da Revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*;
- Coordenação editorial de livros e documentos.

b) Atividades de implementação de inovações operacionais

- Elaboração de novo sistema de classificação do acervo do Centro de Documentação;
- Reclassificação do acervo do CD segundo a nova metodologia desenvolvida;
- Integração virtual de centros de documentação de ONGs (será iniciada em fase experimental pela integração dos CDs dos Programas Locais da AS-PTA ao sistema *Agroecologia em Rede*);
- Estabelecimento e gestão de parcerias para a ampliação do alcance do sistema *Agroecologia em Rede*;

4. Metas e meios de verificação

- Novo sistema de classificação do acervo do Centro de Documentação elaborado. Meio de verificação: documento do sistema;
- Reclassificar 15% do acervo do CD segundo a nova metodologia desenvolvida. Meio de verificação: base de dados do CD;
- Integrar os centros de documentação dos Programas Locais da AS-PTA ao sistema *Agroecologia em Rede*;
- Cadastramento de 200 experiências ao sistema *Agroecologia em Rede*. Meio de verificação: base de dados do sistema;
- Integrar a base de dados do CD ao sistema *Agroecologia em Rede*. Meio de verificação: Base de dados do CD em funcionamento no sistema *Agroecologia em Rede*;
- Pelo menos mais duas redes do campo agroecológico brasileiro se incorporarão ao sistema *Agroecologia em Rede*. Meio de verificação: relatórios anuais da AS-PTA;

- Publicação de 12 números da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia. Meio de verificação: exemplares das 12 edições publicadas;
- Publicação e reedição de 5 livros de relevância para o movimento agroecológico no Brasil. Meio de verificação: exemplares dos livros publicados e/ou reeditados.

5. Orçamento (Anexo)